

**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ANO 2014 a 2017**

**I - Informações do Município**

<b>01) Município: Januária/MG - CNPJ: 21.461.546/0001-10</b>
<b>02) Diretoria Regional da SEDESE: Montes Claros/MG</b>
<b>03) Nível de Gestão: Gestão Plena</b>
<b>04) Data de Publicação no Diário Oficial "Minas Gerais":</b>

**II - Identificações do Prefeito**

<b>01) Nome: Manoel Jorge de Castro</b>
<b>02) Documento de Identidade:</b>
<b>03) Mandato do Prefeito: Data de Início: 01/01/2013 Término: 31/12/16</b>
<b>04) Endereço da Prefeitura: Av. Arthur Bernardes, nº. 21, Centro</b>
<b>05) CEP: 39.480.000 Tel/Fax (038)3621-2656</b>
<b>06) E-mail: <a href="mailto:castro.manoeljorge@gmail.com">castro.manoeljorge@gmail.com</a></b>

**III- Informações sobre o Órgão Gestor da Assistência Social**

<b>01) Nome do Órgão gestor: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS</b>
<b>02) Endereço: Praça Tiradentes, nº.255, Centro.</b>
<b>03) CEP: 39.480-000 Telefone (038) 3621-1852</b>
<b>04) E-mail: <a href="mailto:smdsjanuaria@gmail.com">smdsjanuaria@gmail.com</a></b>
<b>05) Número da Lei de criação do Órgão Gestor:</b>

**IV - Informações sobre o Gestor Municipal da Assistência Social**

<b>01) Nome: Elisa Dias Marques de Deus</b>
<b>02) Cargo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Formação: 3ª grau incompleta</b>
<b>03) Data de Nomeação: 01/01/2013.</b>
<b>04) CEP: 39.480-000</b>
<b>05) E-mail: <a href="mailto:eliz.dm@hotmail.com">eliz.dm@hotmail.com</a></b>

**V - Informações sobre o Fundo Municipal de Assistência Social**

<b>01) Número da Lei de criação do Fundo Municipal de Assistência Social: Lei nº. 1.677, de 28 de Março de 1996 e atualizada pela Lei nº. 2.344 de 20 de Dezembro de 2012</b>
<b>02) Data de criação do Fundo Municipal de Assistência Social 28/03/1996.</b>

03) O FMAS constitui-se em Unidade Orçamentária? ( ) Sim (X) Não.
04) O que dificulta a transição do FMAS para Unidade Orçamentária? Falta à criação de um CNPJ próprio e consequentemente uma conta específica para o Fundo da Assistência Social

**VI - Informações sobre o Conselho Municipal de Assistência Social**

<b>01) Número da Lei de Criação do Conselho municipal de Assistência Social:</b>
02) Data de criação do Conselho municipal de Assistência Social Lei n 1.677 de 28 de Março de 1996 alterada pela Lei nº. 2.344 de 20 de Dezembro de 2012;
03) Nome do Presidente: <b>Cristiane Dias Lopes dos Santos</b>
04) Mandato do Presidente: Data de início; 08/08/2013 Data de término: 08/08/2015
05) Número de representantes governamentais: 05 pessoas.
06) Número de representantes da sociedade civil: 05 pessoas.
07) Composição do Conselho de Assistência Social: <u>Sociedade Civil:</u>
I - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social: <b>Titular: Hélica Poliana Viana Coutinho - Suplente: Patrícia Dias Campos</b>
II - Representantes da Secretaria Municipal de Administração: <b>Titular: Elisângela Pereira dos Santos - Suplente: Carmelina Rodrigues Viana Silva</b>
III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação: <b>Titular: Jadete Carlos Ferreira - Suplente: Sidneia Rodrigues da Silva</b>
IV - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças: <b>Titular: Élio Antunes Coutinho - Suplente: Joventina Maria Silva Gonzaga</b>
V - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde: <b>Titular: Maria do Amparo Pereira Dias - Suplente: Dielly Ferreira Ramos</b>
<u>Representantes do Governo:</u>
I - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: <b>Titular: Ana Paula Ribeiro de Souza - Suplente: Antônio Arcanjo Bezerra</b>
II - Representantes de Entidades de Atendimento à Criança e Adolescente: <b>Titular: Vanessa Cristina Silva Souza - Suplente: Rodrigo Aureliano dos Santos</b>

III - Representantes de Asilos ou Associações de Idosos:
<b>Titular: Cristiane Dias Lopes Santos - Suplente: Ademilde Rodrigues Melo Sampaio</b>
IV - Representantes de Entidades de Atendimento à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais:
<b>Titular: Mônica dos Santos Castro - Suplente: Janete Viana de Oliveira Matos</b>
V - Representantes de Clubes e Serviços
<b>Titular: Alessandro Maciel de Souza - Suplente: Leonardo Maciel Carneiro</b>

08) Endereço: Rua Padre Ramiro, n 34<sup>a</sup>, Centro.

09) CEP: 39.480-000 Telefone (038) 3621-1852 - E-mail: [emasjanuariamg@gmail.com](mailto:emasjanuariamg@gmail.com)

#### VII - Informações sobre os recursos financeiros para a área da Assistência Social 2013

<b>01) Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS(anual): R\$ 1.450.757,64 2.</b>
<b>02) Recursos próprios a serem alocados no fundo(anual): R\$ 496.180,00 3.</b>
<b>03) Recursos a serem transferidos do FEAS(anual): R\$ 315.321,60 4.</b>
<b>04) Total de recursos do fundo municipal para o exercício: R\$ 2.262.259,24</b>

### APRESENTAÇÃO

O Município de Januária/MG, conforme prevê a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, encontra-se habilitado em Gestão Plena sendo responsável por organizar a Rede de Proteção Social Básica e Especial, com o objetivo de prevenir as vulnerabilidades e situações de risco sociais das famílias e indivíduos e, quando necessário, oferecer Serviços Especializados e de Acolhimento Institucional aos que se encontram em situação de violação de direitos.

Cumprindo as responsabilidades previstas no âmbito da Gestão Plena para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, apresenta-se o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS, para o quadriênio 2014-2017. Por se tratar de

instrumento de Planejamento e Gestão permite o conhecimento e reconhecimento das necessidades do município definindo suas prioridades de execução.

Será priorizada a formação continuada dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no tocante a metodologia do trabalho com família e comunidade, respeitando os diferentes níveis da Proteção Social e o uso contínuo de ferramentas tecnológicas que exigirão o manuseio dos diferentes Sistemas de Informação, onde a rede de serviços socioassistenciais estiver conectada e monitoramento para notificar situações de riscos sociais e utilizar o prontuário eletrônico, bem como para preenchimento de instrumentais de monitoramento, inclusão de usuários no Cadastro Único ou vinculá-los à rede prestadora de serviços público/privada etc.

O Plano constitui instrumento técnico e político, estratégico para a descentralização democrática da Assistência Social, envolvendo no processo de elaboração os trabalhadores do SUAS, as entidades de Assistência Social, inscritas no CMAS, os usuários atendidos por esta política pública, e os conselheiros municipais de Assistência Social, atores importantes do processo de definições de prioridades.

Tal exigência é estabelecida pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em seu Art. 30.

Ainda, a NOB/SUAS 2012, reforça a necessidade da sua elaboração, Art. 18. O Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS nos municípios.

No Plano Municipal o diagnóstico é o principal instrumento de compreensão da realidade social, apontando as vulnerabilidades e as situações de riscos sociais a serem superados e, para tanto, estaremos apresentando o Mapa de Vulnerabilidade, construído com base no Boletim Eletrônico do SAGI/Relatórios de informações sociais e aplicações do Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome de <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>, com atualizações de indicadores da Assistência Social do município de Januária/MG, estabelecendo caminhos para a devida intervenção.

Para complementar o diagnóstico, apresentamos os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome por meio dos links <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>, <http://social.mg.gov.br/> do ano de 2013, referentes aos números de unidades públicas de Assistência Social, e os dados referentes aos Programas de Transferência de Renda e Benefícios e, ainda, os números de atendimentos às famílias com situação de violações de direitos. Apresentamos, também, os Serviços, Programas e Projetos que estão sendo ofertados, e o número de unidades que compõem a rede socioassistencial de Januária/MG.

Cabe ressaltar que o principal objetivo para o ano de 2014 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS de Januária/MG é a realização do diagnóstico social com base nos critérios do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e suas diretrizes.

Nesta ótica a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas de acordo a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS/2012. Ou seja, para efetivar-se como direito e promover o enfrentamento da pobreza a Assistência Social realiza-se de forma integrada às demais políticas setoriais.

Neste Plano, utilizará planilhas detalhadas que indicam as ações, estratégias, indicadores e prazos em que deverão ser realizadas, ao longo dos anos, buscando favorecer a visibilidade e a compreensão de cada serviço, programa, projeto e benefício, e quais as diferentes alterações que serão empregadas em cada nível de Proteção Social, atendendo as normativas da Resolução nº 109, de 11 /11/2009 que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

O município de Januária, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no que diz respeito às ações socioassistenciais referentes ao ano de 2014 a 2017 terá como estratégia de ação as propostas deliberadas e aprovadas na VI Conferência Municipal de Assistência Social que teve como tema central “**A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS**”, bem como as propostas fomentadas por meio das audiências públicas nos distritos do respectivo município, no âmbito urbano, detalhado no item Anexos.

**Para a elaboração do presente Plano fora realizadas:**

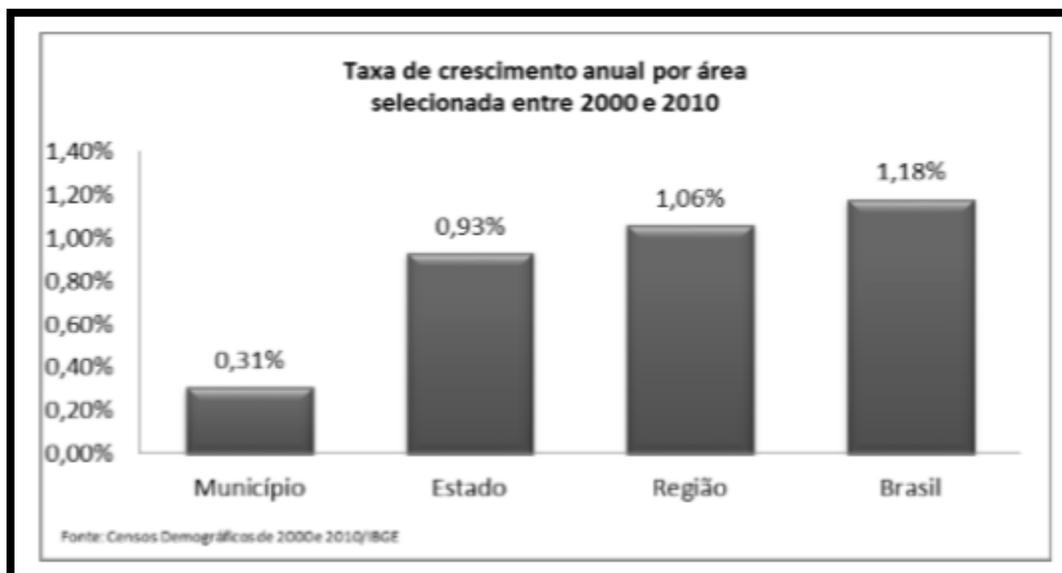
- 1º Realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social e de Audiências Públicas nos Distritos, referente ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- 2º Reuniões técnicas, os profissionais técnicos(as) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- 3º Apresentação e apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com fins, de aprovação do Plano de Assistência Social 2014 a 2017.

Diante tal contexto o Sistema Único de Assistência Social – SUAS do município de Januária/MG tem como finalidade garantir o acesso aos direitos socioassistenciais previstos na lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 atualizada em 2012, tendo o Município, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS a responsabilidade por sua gestão, coordenação e desenvolvimento dos projetos, programas, serviços e benefícios.

O SUAS no Município de Januária/MG organiza-se com base nos objetivos, diretrizes e princípios da Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS) atualizada em 2012, da Política Nacional de Assistência Social – (PNAS/2004), Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e NOB/RH aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e demais normativas, decretos, resoluções emanado deste órgão e de outros que regulamentam e orientam o SUAS no país.

**DIAGNOSTICO DA REALIDADE LOCAL**  
**Aspectos Sociodemográficos/Demografia**

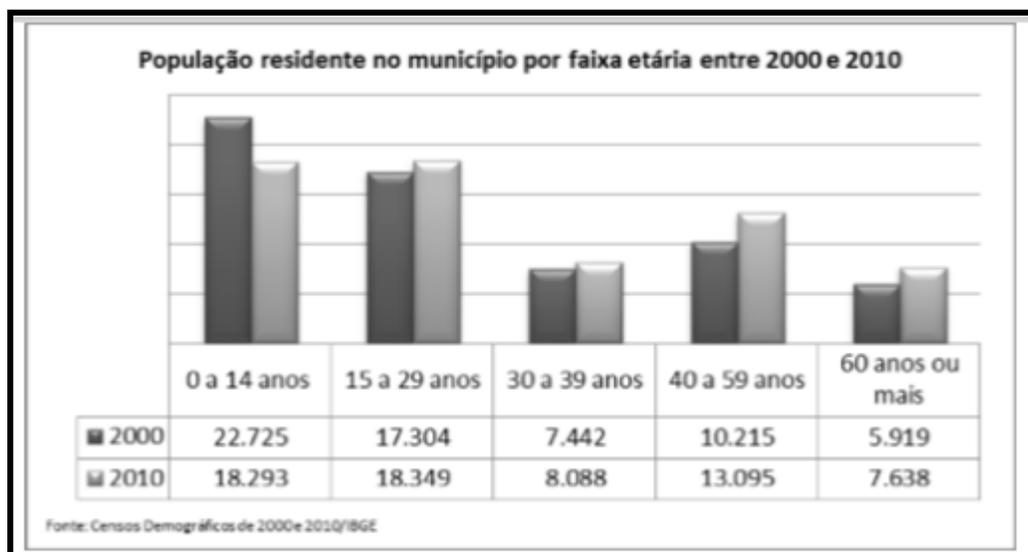
A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,31% ao ano, passando de 63.458 para 65.463 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano, e inferior a cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 56,54% e em 2010 a passou a representar 63,12% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 2,6% em média. Em 2000, este grupo representava 9,3% da população, já em 2010 detinha 11,7% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-2,1% ao ano). Crianças e jovens detinham 35,8% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 22.725 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 27,9% da população, totalizando 18.293 habitantes.



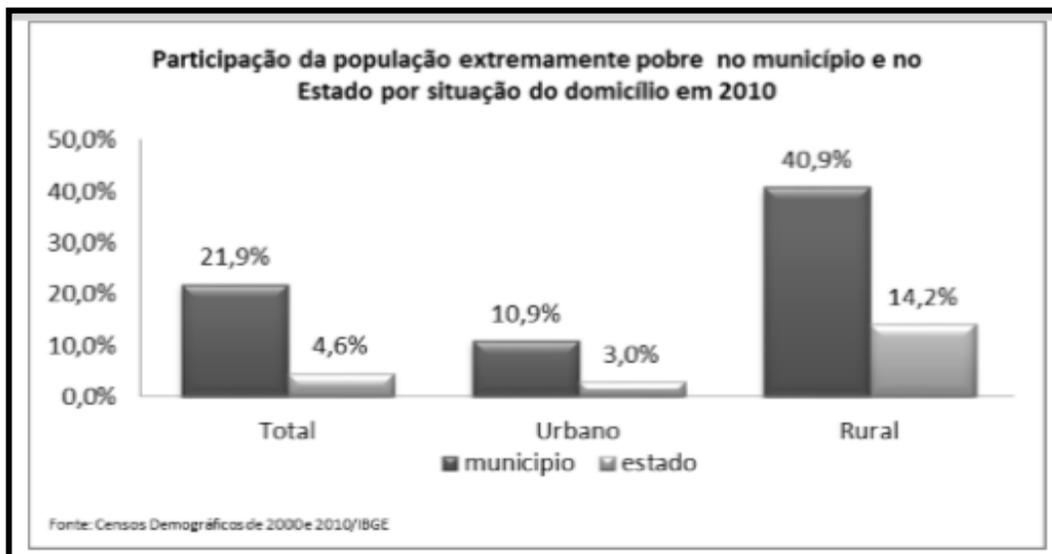
A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,24% ao ano), passando de 34.961 habitantes em 2000 para 39.532 em 2010. Em 2010, este grupo representava 60,4% da população do município.

### Perfil Social

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 49,4% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 71,1% dos domicílios particulares permanentes e 39,0% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.



Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 21,9% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (40,9% da população na extrema pobreza na área rural contra 10,9% na área urbana).



Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 15,6%. Na área urbana, a taxa era de 9,8% e na zona rural era de 25,7%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 3,7%.

### Aspectos Econômicos

Produção entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 54,1%, passando de R\$ 217,3 milhões para R\$ 334,9 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,11% para 0,12% no período de 2005 a 2009.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 70,5% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 10,5% em 2009 contra 10,3% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 10,3% em 2005 para 26,4% em 2009.



## Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho formal do município apresentou em 6 (seis) anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 778. No último ano as admissões registraram 1.421 contratações contra 1.271 demissões.



Comércio foi o setor com maior volume de empregos formais, com 1.558 postos de trabalho, seguido pelo setor de Administração Pública com 1.507 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 69,5% do total dos empregos formais do município.



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Administração Pública (de 26,86% em 2004 para

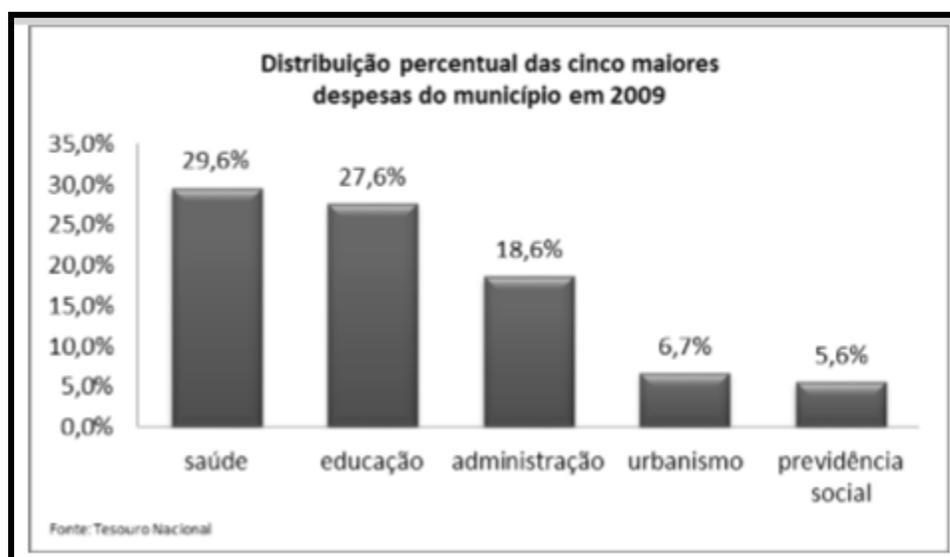
34,17% em 2010) e Comércio (de 32,87% para 35,33%). A que mais perdeu participação foi Serviços de 23,12% para 18,39%.

### Finanças Públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 30,3 milhões em 2005 para R\$ 45,4 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 49,8% no período ou 10,62% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 13,30% em 2005 para 10,34% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

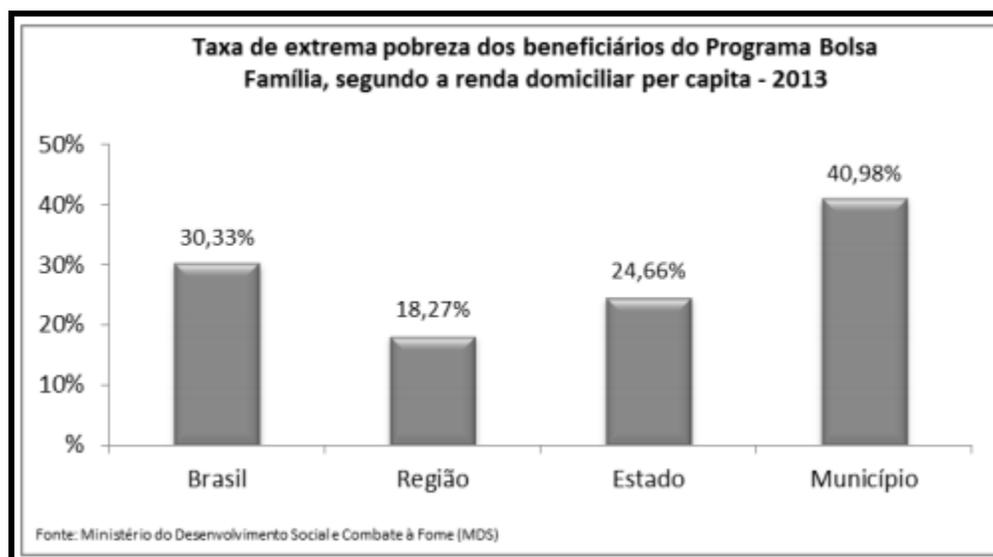
A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 38,02% da receita orçamentária em 2005 para 38,51% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2009.



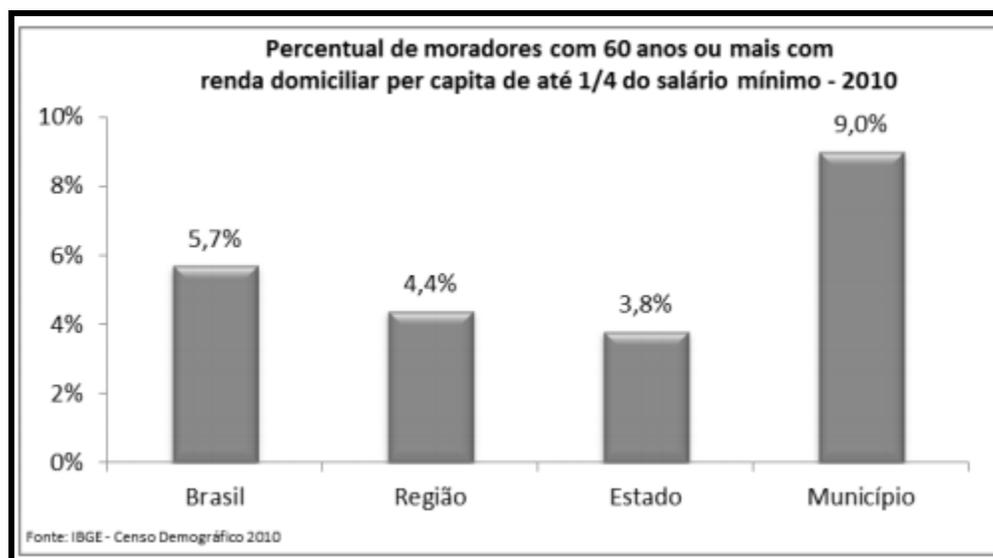
As despesas com saúde, educação, administração, urbanismo e previdência social foram responsáveis por 88,10% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,30% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

### Assistência Social/Perfil Socioassistencial

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, a taxa de extrema pobreza dos beneficiários do Programa Bolsa Família, segundo a renda pré-benefício era de 40,98%.



No censo demográfico de 2000 o percentual de moradores com 60 anos ou mais com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo era de 8,5%, percentual esse que diminuiu para 9% no censo de 2010.



No município, 3% da população tinha pelo menos uma deficiência grave, dessas pessoas 3,3% tinha renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.



### Programa Bolsa Família

No Município **JANUÁRIA/MG**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em maio de 2013 era de **15.429** dentre as quais:

#### Total de Família atendidas no Município de Januária/MG

- 9.156 com renda per capita familiar de até R\$70,00;
- 11.170 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00;
- 13.524 com renda per capita até meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de agosto de 2013, **8.657 famílias**, representando uma cobertura de 115,5 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 183,33 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.587.048 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2013, atingiu o percentual de 82,52%, para

crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 7.444 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 9.021. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 65,48%, resultando em 1.119 jovens acompanhados de um total de 1.709.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dez de 2012, atingiu 30,63 %, percentual equivale a 2.124 famílias de um total de 6.935 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

**Mês Referência:**

Estimativa de famílias de baixa renda - Perfil Cadastro Único /Censo 2010	9.844	2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família/CENSO 2010	7.496	2010

**Mercado de Trabalho**

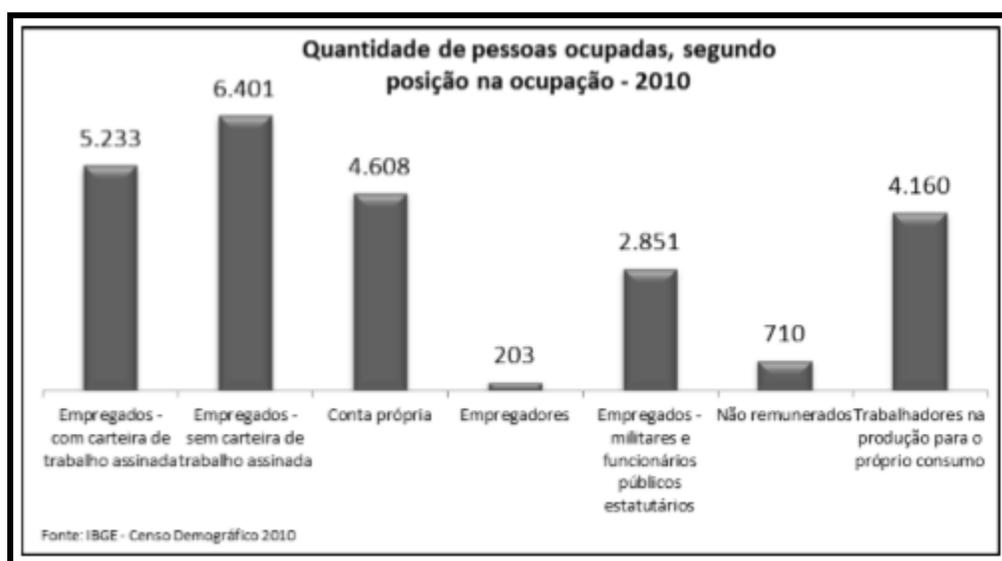
Os dados do Censo e do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitam um diagnóstico sobre o mercado de trabalho. Os dados do Censo permitem conhecer a inserção ou não das pessoas no mercado de trabalho. O percentual de pessoas de referência do domicílio desempregada no município é de 2,7% e é maior que a do Estado, conforme gráfico a seguir com dados do Censo de 2010.



Em relação à população de 16 anos ou mais em situação de informalidade, o percentual observado foi de 30,8%. Já em relação à população de 10 a 13 anos ocupada, o percentual observado foi de 6,6%.

Censo Demográfico	Pessoas de referência do domicílio desempregada	População de 16 anos ou mais em situação de informalidade	População de 10 a 13 anos ocupada
2010	2,7%	30,8%	6,6%

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 21,7% tinham carteira assinada, 26,5% não tinham carteira assinada, 19,1% atuam por conta própria e 0,8% de empregadores. Servidores públicos representavam 11,8% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 20,2% dos ocupados.



O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 4.410 postos, 49,7% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

### O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em junho de 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que, a despeito dos avanços sociais e econômicos do país nos últimos anos, continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão

produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Mas, para que o Brasil Sem Miséria funcione de verdade, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

### O Cadastro Único e o público-alvo do Plano Municipal

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de junho de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de julho de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com:

#### Registros junto ao Bolsa Família julho 2013:

15.486 famílias registradas no Cadastro Único

8.605 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (48,08 % da população do município)

### Cobertura Cadastral e Busca Ativa

Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas no

Cadastro (todas as famílias do município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa).

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços em aumentar a qualidade das informações registradas na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a maio de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 344 famílias em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam esse patamar.

### **Garantia de Renda/Programa Bolsa Família**

Em julho de 2013, o município tinha 8.605 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 114,79 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 114,79 %). Foram transferidos R\$ 1.579.836,00 às famílias beneficiárias do Programa em julho de 2013.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a julho de 2013, houve aumento de 12,66 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

### **Acompanhamento de Condicionalidades**

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

No município, 86,34 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,69 %. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de educação

se articulem para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 30,63 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,12 %. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de saúde se articulem para aumentar o número de famílias com acompanhamento pela rede de saúde.

### **Benefícios Variáveis Gestantes e Nutrizes**

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em julho de 2013, 110 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 113 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

### **Acesso a Serviços/Assistência Social**

Para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o Plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características - a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O sucesso do Brasil Sem Miséria demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre a secretaria municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza.

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

**Em junho de 2013 o município tinha em seu território:**

- **2 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciados pelo MDS.**

- **1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) cofinanciado pelo MDS.**

A Ação Brasil Carinhoso dá estímulos financeiros aos municípios para que os serviços de educação infantil cheguem à população mais pobre. O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. E, com mais recursos, melhorar o atendimento às crianças e suas famílias.

Para isso, o MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) repassados pelo MEC. São 50% mais recursos para cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família.

Em 2012, foram identificadas 23 crianças no Bolsa Família em 3 creches do município. Em razão disso, com o Brasil Carinhoso, o MDS suplementou em R\$ 13.576,02 o repasse para creches.

Para 2013, o módulo E.I. Manutenção - Suplementação de Creches MDS no SIMEC está aberto para preenchimento e os recursos serão pagos a partir de agosto de 2013.

Outra iniciativa importante para a superação da extrema pobreza é o Mais Educação, programa que estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. Para oferecer educação básica em tempo integral, acrescentam-se às atividades curriculares já existentes outras como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e artes.

O governo federal, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação e transporte dos monitores, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços e aquisição de kits pedagógicos.

Na expansão do Mais Educação, o MEC privilegia escolas onde a maioria dos estudantes são beneficiários do Bolsa Família. Para 2013, o município fez adesão para

oferecer educação em tempo integral em 35 escolas do ensino fundamental, sendo 34 com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família.

### **Inclusão Produtiva**

#### **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para cidadãos com mais de 16 anos de idade.

Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAT e SENAR), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los. São mais de 500 opções de cursos em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso.

Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis.

Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal. Trimestralmente as prefeituras podem renegociar com as escolas a oferta de cursos do Pronatec Brasil Sem Miséria no seu município.

De janeiro de 2012 a junho de 2013, foram efetuadas 258 matrículas em cursos ofertados pelo PRONATEC Brasil Sem Miséria no município. Para 2013, foi pactuada a oferta de 510 vagas do PRONATEC Brasil Sem Miséria no município.

#### **Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)**

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mais conhecido como Bolsa Verde, paga R\$ 300 por trimestre para famílias extremamente pobres que vivem em áreas federais de conservação ambiental e projetos de assentamento considerados prioritários para a conservação do meio ambiente. As famílias beneficiadas se comprometem a manter a vegetação e a fazer uso sustentável dos recursos naturais dessas áreas. O benefício é concedido por dois anos, podendo ser renovado.

De outubro de 2011 a junho de 2013, o Bolsa Verde, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, beneficiou 26 famílias do município.

### Água para Todos

O objetivo do Água para Todos é garantir amplo acesso à água potável para as populações rurais. Isso é fundamental para a segurança alimentar e nutricional não só por causa do consumo da água pelas famílias, mas também porque o acesso à água amplia a produção de alimentos e a criação de animais, que podem ser consumidos (com impacto na situação alimentar e nutricional) e gerar excedentes a serem comercializados, propiciando renda e melhorando a vida das famílias.

O Programa Água para Todos implanta cisternas para o armazenamento de água para o consumo humano. A população beneficiada recebe orientações sobre o manuseio da água, melhorando seu aproveitamento e diminuindo a incidência de doenças causadas pela falta de informações e de cuidados com a água consumida.

De janeiro de 2011 à junho de 2013, foram entregues 605 cisternas de armazenamento de água para consumo. A demanda identificada no meio rural do município, conforme informações do Cadastro Único, é de 3.110 famílias sem acesso à água.

### Informações Complementares

População: 65.744 habitantes

#### TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repassse total em 2012 (R\$)
Bolsa Família	8.605 famílias (julho de 2013)	R\$ 14.767.348,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	3.212 pessoas (abril de 2013)	R\$ 24.253.321,18

Em 2012, a soma de recursos transferidos pelo BPC e pelo Bolsa Família (R\$ 39.020.669,18) representa 201,32 % do valor transferido pelo FPM (19.382.272,42).

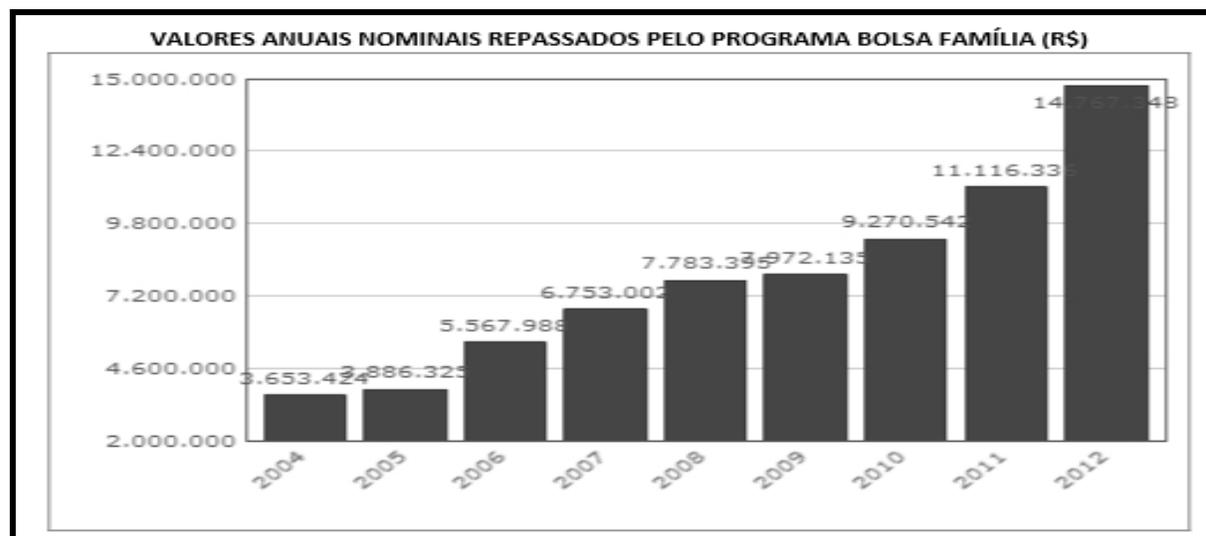
De 2004 a 2012, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 302,97 %. Com a ampliação de recursos da Ação Brasil Carinhoso, estima-se que em 2013 os valores recebidos pelas famílias do PBF aumentarão em 28,38 %.

<b>Informações Adicionais</b>	
<b>IBGE</b>	313520
<b>População</b>	65.464
<b>Porte</b>	MÉDIO
<b>Habilitação</b>	GESTÃO PLENA

<b>TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO</b>			
	Total transferido em 2012 (R\$)	Recurso disponível em conta (R\$)	
IGD PBF	260.170,39	152.911,92 (abril de 2013)	
IGD SUAS	37.321,44	22.926,93 (abril de 2013)	
Proteção Social Básica	701.423,25	315.390,31 (abril de 2013)	
Proteção Social Especial	182.300,00	268.421,70 (abril de 2013)	

<b>REDE COFINANCIADA PELO MDS - EQUIPAMENTOS E EQUIPES</b>			
	Implantado	Com pendência de implantação	Total cofinanciado pelo MDS
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	2	0	2
Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)	1	0	1
Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP)	0	0	0
Equipes volantes de Assistência Social	2	0	2



Quadro 1 – Rede de Proteção Social Pública Municipal da área da Assistência Social

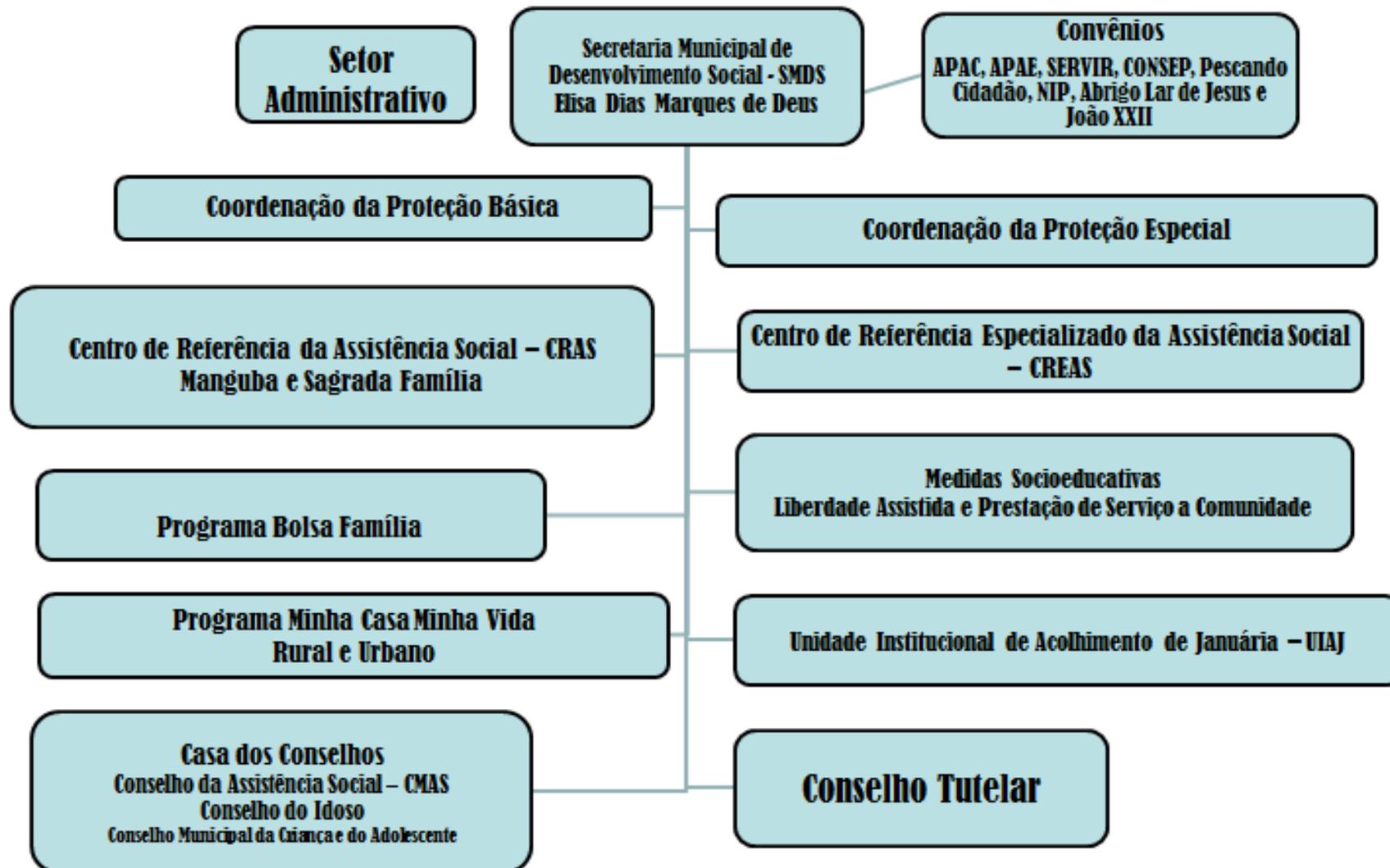
Nº de Ordem	Nome da unidade Executora				Tipo de Proteção (assinale com “X”)		Previsão de atendimento físico por mês			
					Básica	Especial	Quantitativo Pactuado com a União	Quantitativo Pactuado com o Estado	Quantitativo atendido pelo Município	Quantitativo de demanda sem cobertura
01	Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/ Sagrada Família e Manguba				X		5.000 por unidade	-----	2.200 por unidade	-----
02	Unidade de Acolhimento Institucional de Januária – UAIJ					X	Com base no guia técnico atendimento de 20 adolescentes por unidade	-----	20 adolescentes por unidade	Atendimento a todo município
03	Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS					X	Atendimento de acordo violação de direitos	-----	300 usuários	-----
Nome do Programa	Fonte de Recursos Assinale com “X”				Unidade Executora	Meta	Tipo de Proteção Assinale com “X”		Objetivo	
	F	E	M	Privado		Público Atendido	Básica	Especial		
Casa dos Conselhos	X		X		SMDS	Lideranças das associações rural e urbana	-----	-----	Atender a demandas dos Conselhos do Idoso, Criança e adolescente e Assistência Social.	
Conselho Tutelar			X		SMDS	Demanda espontânea de acordo violação de direitos de crianças e adolescentes		X	Garantir direitos da criança e do adolescente por meio das medidas protetivas.	

Bolsa Família	X		X		SMDS	15.600 famílias em situação de vulnerabilidade social	X		Atender as famílias que encontram em situação de vulnerabilidade.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	X	X			SMDS	500 crianças e adolescentes	X		Atender crianças, adolescentes e idosos, com fins, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
Programa Minha Casa Minha Vida Urbana e Rural	X		X		SMDS	População em Geral de acordo habitações previstas			Propiciar as famílias que encontra-se desprovidas de moradia o acesso a residência própria tanto no âmbito urbano quanto no âmbito rural.

Quadro 2 - Rede Socioassistencial/Convênios/Parcerias				
Nome do Programa	Público Atendido:	Tipo de Proteção Assinala com "X"		Objetivo:
		Básica	Especial	
<b>Associação de Proteção e Assistência aos condenados - APAC</b>	Condenados a penas privativas de liberdade		X	A Associação de Proteção aos Assistência aos Condenados - APAC é uma entidade civil dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade , cujo trabalho baseia-se em um método de valorização humana vinculada à evangelização. Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.
<b>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE</b>	Pessoas com Deficiência da cidade de Januária e Região.		X	A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Januária MG, fundada em assembleia geral em 02/06/1997, é uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de Saúde de estudos e pesquisas, sem fins lucrativos. Tem como objetivo atender e garantir direitos das Pessoas com Deficiência da cidade de Januária e Região.

<b>SERVIR</b>	Criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social e/ou individual	<b>X</b>		O <b>SERVIR</b> objetiva propiciar os princípios o estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, para o público infanto-juvenil que não tem tais direitos fundamentais garantidos como Lazer, convivência familiar e comunitária, acesso a cultura e outros, encontrando-se em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social.
<b>Pescando Cidadão</b>	Criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social e/ou individual	<b>X</b>		O <b>Pescando Cidadão</b> objetiva propiciar os princípios o estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, para o público infanto-juvenil que não tem tais direitos fundamentais garantidos como Lazer, convivência familiar e comunitária, acesso a cultura e outros, encontrando-se em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social.
<b>Conselho Comunitário de Segurança Pública - CONSEP</b>	População em geral	<b>X</b>		É um conselho de controle social que objetiva fiscalizar e propor ações que vislumbra a Prevenção da violência no município de Januária/MG.
<b>Núcleo de Inclusão Produtiva -NIP</b>	Geração de emprego e renda as associações rurais e urbanas	<b>X</b>		É um Núcleo que propicia suporte ao do terceiro setor, através de planejamento e gestão de projetos voltados ao fortalecimento de políticas públicas, com profissionais capacitados em diversos segmentos no âmbito urbano e rural.
<b>Abrigo João XXIII</b>	Idosos(as) com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos		<b>X</b>	Propiciar os princípios do estatuto do idoso no que diz respeito aos direitos fundamentais do referido público.
<b>Abrigo Lar de Jesus</b>	Idosos(as) com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos		<b>X</b>	Propiciar os princípios do estatuto do idoso no que diz respeito aos direitos fundamentais do referido público.
<b>SINE</b>	População desempregada de Januária, primeiro emprego.	<b>X</b>		No <b>SINE Januária</b> você pode fazer diversos procedimentos como, fazer sua carteira de trabalho, solicitar seguro desemprego, obter orientação profissional e também qualificação profissional além de diversos outros serviços do <b>SINE Januária</b> , é no <b>SINE</b> também que você consegue uma intermediação de mão de obra para conseguir um serviço mais facilmente e entrar no mercado de trabalho o mais rápido possível, e para isso conta com funcionários qualificados para atender você e tirar suas dúvidas da melhor maneira possível.

## ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



### **Objetivo Geral:**

- Fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS em âmbito municipal visando uma execução efetiva e plena dos serviços socioassistenciais de caráter contínuo e temporário, objetivando a promoção do atendimento universal e integral aos usuários em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal acarretados pelas refrações da questão social no município de Januária/MG, tendo em vista a valorização do trabalhador(a).

### **Objetivos Específicos:**

- Executar ações de prevenção, proteção e promoção dos usuários(as);
- Promover ações socioeducativas de sensibilização e orientação da população a cerca de seus direitos;
- Fomentar o projeto de carreiras, cargos e salários da Política de Assistência Social;
- Promover ações do enfrentamento a todas as formas de violação de direitos contra quaisquer seguimentos socialmente vulneráveis;
- Capacitar e fortalecer os conselhos Municipais de garantia de direitos;
- Promover a intersetorialidade e interdisciplinaridade da rede socioassistencial junto às demais políticas públicas municipais;

### **PRIORIDADES**

#### **Gestão Municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**

O processo de formulação e gestão de políticas caracteriza-se como um movimento dinâmico e complexo que envolve, no município, a diretriz do governo e a necessidade cada vez mais presente do trabalho intersetorial da Assistência Social com as demais políticas públicas, com nova leitura e organização das ações a serem desenvolvidas.

A lógica de operação de um sistema deverá definir processos e fluxos, exigindo conexões entre todos os seus elementos não só da rede pública socioassistencial, como dos parceiros das demais políticas sociais como Saúde, Educação, Cultura, Habitação e Esportes, tanto

na prevenção, quando desenvolvemos a Proteção Social Básica, quanto nas Proteção social Especiais de Média e Alta Complexidade.

A proteção social no âmbito da Assistência Social tem como princípios fundamentais o desenvolvimento humano, social e os direitos de cidadania através de seus serviços, programas, projetos e benefícios em uma articulação intersetorial para, efetivamente, se constituírem em um sistema público que prima pelo enfrentamento e prevenção das ocorrências das situações de vulnerabilidade e risco social, pela promoção do indivíduo por meio de suas proteções e seguranças.

Vale destacar que para a atual gestão municipal, no período de 2013 até 2016, a Área de Trabalho e Renda, Moradias Habitacionais Populares, constituiu-se serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS por meio do SINE, PRONATEC, MINHA CASA MINHA VIDA URBANA E RURAL, tendo em vista a sua estruturação e dinâmica, junto aos serviços, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

As diretrizes do Plano de Metas da Atual Gestão, para os próximos quatro anos, consideram a Proteção Social Básica como uma política estratégica e prioritária de atenção às famílias e à comunidade, promovendo o enfrentamento da exclusão social e dos fenômenos que afetam as famílias em situação de vulnerabilidade, favorecendo a diminuição dos índices de risco social e violação de direitos.

Neste sentido as prioridades da Gestão do Sistema Único da Assistência Social de Januária/MG são as seguintes:

**Criação do CNPJ próprio da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS:**

De acordo a lei de criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS de Januária/MG no seu Art. 28 vem colocar que o financiamento da Assistência Social no SUAS é efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados no fundo de assistência social, **com CNPJ próprio**, ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política. Neste sentido faz-se necessário a fomentação do CNPJ tendo em vista a gestão dos recursos pela própria SMDS.

**Credenciamento e Uniformização dos servidores da SMDS:**

Tal procedimento se faz necessário para a construção de vínculos entre o trabalhador e o usuário(a), no qual, é fundamental a criação de estratégias simples, como **credencial e uniforme** para que o usuário(a) possa tratá-lo pelo nome assim como o trabalhador possa referir-se ao usuário(a) do mesmo modo, como enfatiza a NOB/SUAS-RH/2013 p.20.

**Propiciar a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS por meio da SMDS:**

Garantir atenção profissional por meio de cursos profissionalizantes direcionada para construção de projetos pessoais e sociais dos usuários(as) tendo em vista o protagonismo familiar e individual.

**Reuniões mensais com o Ministério Público COMARCA de Januária/MG tendo criação de procedimentos eficaz de atendimento ao referido órgão:**

Propiciar por meio de reuniões mensais procedimentos que facilite o trabalho da SMDS e do Ministério Público da COMARCA de Januária/MG tendo em vista a quantidade expressivas de demandas do referido órgão, encaminhada para os serviços da SMDS.

**Convênios com empresas de transporte e funerária:**

Os benefícios eventuais no Município de Januária/MG são respaldados pela Resolução 09 de 2011 do CMAS, no qual, define os critérios para concessão de tais benefícios que divide-se em natalidade, vulnerabilidade e por morte tendo como base a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e leis complementares. Cabe salientar que tais benefícios são em pecúnia de acordo a resolução sendo estes pagos em cheque nominal ao usuário. Neste sentido foi aprovado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS um valor máximo ao mês para cada unidade de atendimento da proteção básica para custeio e deliberação dos benefícios eventuais sendo esses recursos advindos do Piso Mineiro. Nesta vertente faz-se necessário a constituição de convênios

com empresas de transporte devido o grande índice de migrante e a emergência de resolver o caso, bem como convênios com funerária devido o valor considerável de cada auxílio por morte e grande quantidade de óbito ao mês, configurando o recurso existente como insuficiente para atender à presente solicitação de forma eficaz. Cabe lembrar que os recursos para os respectivos convênios terão que ser dotação própria, ou seja, recursos municipais como previsto na LOAS.

**Realização de concurso público:**

O acesso à carreira estará condicionado à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Essa diretriz alinha as condições de contratação dos trabalhadores da política de Assistência Social ao artigo 37 da Constituição Federal ao instituir o concurso público como meio de acesso aos cargos das equipes de referência dos CRAS e CREAS. A contratação por meio de concurso público, institucionaliza o servidor público de todos(as) os(as) servidores(as) ofertados nas unidades representantes da SMDS, tendo este a responsabilidade e a função de representar o Estado.

**Garantir a Política de educação Permanente/Capacitação Continuada:**

Verificou-se que a efetiva consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no campo metodológico, dar-se-á através da contínua e sistemática, formação dos trabalhadores do SUAS. Faz parte da prioridade deste Plano Municipal de Assistência Social, o compromisso de consolidar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, para tanto, a questão da gestão do recurso humano é o instrumento fundamental para a efetivação desta política pública no município de Januária/MG tendo em vista a efetivação da política nacional de educação permanente do SUAS. Cabe ressaltar que tal capacitação abrange os conselheiros municipais de direito.

**Realizar diagnóstico social local:**

Realizar diagnóstico local com base nos critérios da NOB/SUAS, com fins, de levantamento de

particularidades do município de Januária/MG, no que se refere as áreas de vulnerabilidade, risco social e/ou pessoal, visando a criação estratégias de intervenção eficaz.

**Fomentar Sistema Informatizado:**

São estratégias ágeis de gestão para implementar e consolidar a política de Assistência Social no município, por intermédio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, devemos considerar seus múltiplos e complexos desafios decorrente do grande número de famílias excluídas de seus direitos básicos de cidadania. Para que se possa realizar uma gestão comprometida com os/as usuários/as e com resultados efetivos à municipalidade, diante dos desafios é fundamental que as unidades públicas e as entidades parceiras utilizem cotidianamente os sistemas informatizados para registro dos usuários, bem como para identificar o usuário à executora e promover a notificação de situações de violação de direitos, conquanto o sistema de notificação de violências, para tanto se faz necessário buscar mais recurso municipal, estadual e federal.

**Publicização por meio de página na WEB e/ou mídia escrita os serviços e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/SMDS e Rede Socioassistencial:**

De acordo com a tipificação disposta na Resolução nº 109 /2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a publicização deverá ocorrer com ampla discussão através de Seminários, Fóruns Regionais e com os Conselhos Municipais que integram a Política de Assistência Social, (Conselhos Municipais: de Assistência Social - CMAS, de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA e do Idoso - CMDI). Neste sentido faz-se necessário a criação de uma página na WEB (Blog, facebook, site ou outros) bem como um jornal impresso que objetive a divulgação plena e transparente das ações da SMDS e suas nuances.

**Criação de projeto de plano de carreira, cargos e salários no âmbito do SUAS com base na NOB/RH/SUAS:**

Os Planos de Carreira, Cargos e Salários abrangem todos os trabalhadores que participam dos processos de trabalho do SUAS, desenvolvidos pelos órgãos gestores e executores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Administração Pública Direta e Indireta, das três esferas de governo na área da Assistência Social. Sendo um dos seus princípios de acordo a NOB/RH/SUAS: a equivalência dos cargos ou empregos: Para efeito da elaboração dos PCCS, na área da Assistência Social, as categorias profissionais devem ser consideradas, para classificação, em grupos de cargos ou carreira única (multiprofissional), na observância da formação, da qualificação profissional e da complexidade exigidas para o desenvolvimento das atividades que, por sua vez, desdobram-se em classes, com equiparação salarial proporcional à carga horária e ao nível de escolaridade, considerando-se a rotina e a complexidade das tarefas, o nível de conhecimento e experiências exigidos, a responsabilidade pela tomada de decisões e suas consequências e o grau de supervisão prestada ou recebida.

**Fortalecer as ações do programa Minha Casa Minha Vida Rural e Urbana:**

Fortalecer o **Programa Minha Casa Minha Vida Rural e Urbana** por meio de infraestrutura necessária para o bom atendimento ao usuário(a), bem como captar maior quantia de recursos municipais, estaduais e federal.

**Garantir infraestrutura adequada aos serviços:**

Garantir infraestrutura a todas as unidades de atendimento com equipamentos permanentes que propicie condições adequadas para o bom atendimento ao usuário(a) bem como para os técnicos dos equipamentos, no que tange a infraestrutura física, fundamentado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistencial/2009.

**Fomentar projeto de lei referente Gratificação dos servidores da SMDS:**

Dispõe sobre o pagamento da Gratificação aos servidores municipais integrantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS decorrente lei municipal a ser fomentada tendo em vista o desempenho das suas atividades.

**Efetivação de 5% do recurso municipal destinado à manutenção e ações da SMDS:**

Que o município tenha a obrigatoriedade de aplicar no mínimo 5% dos recursos próprios na Política de Assistência Social como deliberado na VI Conferência Municipal de Assistência Social de Januária/MG, “A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS”.

**Aquisição de veículos para as unidades da proteção social básica e especial:**

Buscar ementas parlamentares que forneça veículos para fortalecimentos dos serviços dos CRAS e CREAS, bem como recursos no âmbito municipal, estadual e federal tendo em vista a compra de tais veículos.

**Efetivar as deliberações das Audiências Públicas distritais e da VI Conferência Municipal de Assistência Social, ambas realizadas no ano de 2013.**

Colocar em prática as deliberações realizadas pela população em geral na VI Conferência Municipal de Assistência Social, ambas realizadas no ano de 2013, tendo em vista a descentralização das ações no âmbito urbano na zona rural e fortalecimento dos serviços na sede.

**Regularizar o CMAS como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:**

De acordo as metas de pacto de aprimoramento do SUAS o CMAS será a instância de controle social do Programa Bolsa Família, fato, ao qual, faz-se necessário regulamentar tal deliberação.

**Ampliar o número de CRAS no município:**

De acordo as metas de pacto de aprimoramento do SUAS o município terá que obter quantidades de unidades de CRAS que contemple 100% dos(as) usuários(as) de forma territorializada.

**DIRETRIZES**

**Gestão Pública:**

A oferta e a regulação da dinâmica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS é orientada pela ação do Poder Público nas regiões e nos territórios constantes do Plano Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. No entanto, é necessário reconhecer o caráter público de corresponsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não governamentais de assistência social.

**Matricialidade Sociofamiliar:**

Conforme o artigo 226 da Constituição Federal, de 1988: “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, e, ainda, “a família”, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente, os deslocamentos entre o público e o privado”, é, também, “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade”. No âmbito da Política Nacional de Assistência Social, para que a família possa prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, garantir condições de sustentabilidade, nesse sentido, a formulação da Política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos” (PNAS/2004), nesta perspectiva, a centralidade na família deve superar o olhar residual, deve prever a proteção social de forma universal entendendo a família inserida no seu contexto de relações, considerando as suas especificidades, as suas diferenças e as suas particularidades, sendo a família protagonista e co-participante na construção de mudanças e, ainda, interagindo num dado contexto social, econômico, cultural e comunitário.

### **Territorialização:**

Os territórios são espaços de pertencimento, de vida, de relações, de trocas, de vínculos, de contradições, de conflitos, de solidariedade e, também, espaços de discussão de problemas e situações coletivas, de identificar possibilidades e encaminhamentos comuns, de participação e de possibilidades de empoderamento social. O foco da proteção deve obedecer à lógica de proximidade da população atendida e localizar-se naqueles territórios de maior vulnerabilidade e risco para famílias e indivíduos, antecipando respostas às suas necessidades, ampliando a cobertura de serviços e propiciando uma proteção pró-ativa nas ações.

### **Intersetorialidade e Trabalho em Rede:**

A Política de Assistência Social deve operacionalizar suas ações de Proteção Social, de forma integrada e articulada, com a Rede Socioassistencial Pública e Privada e com as outras políticas sociais, buscando superar a fragmentação e reconhecendo as reais dimensões do cotidiano dos territórios, potencializando os resultados e ampliando a resposta das demandas sociais. Reconhece que a complexidade da realidade social exige complementaridade entre os serviços das várias políticas sociais, possibilitando uma ação mais ampla às questões sociais em seu caráter complexo e multidimensional. Atua de forma compartilhada, com objetivos comuns, com o planejamento e execução de ações conjuntas, otimizando recursos, buscando melhor atender as necessidades sociais da população usuária (PNAS/2004).

### **Participação do Usuário:**

A participação do usuário é eixo estruturante da gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, exigindo a oferta de metodologia que propicie a participação cidadã, de forma autônoma, qualificada, estimulando a expressão de opiniões, contribuindo para a percepção do seu potencial para co-construção de mudanças na realidade social. A participação do usuário nos remete ao desafio de ampliar a oferta de formação sobre a Política de Assistência Social e sobre o Controle Social da gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (PNAS/2004).

### **Vigilância Social nos Territórios:**

A Vigilância Social consiste no desenvolvimento da capacidade de produção, sistematização de informações, padrões dos serviços, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidades e de risco pessoal e/ou social que afetam a população e o território nos diferentes ciclos de vida. A vigilância socioassistencial deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias, as reais condições dos lugares onde estas vivem identificando as diferentes incidências de riscos no âmbito do Município, do Estado e do País, promovendo assim uma política de prevenção e monitoramento dos riscos (PNAS/NOB - 2004).

### **PRIORIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

A proteção social básica será priorizada com o objetivo de promover a prevenção e a redução dos índices de situações de vulnerabilidades e de riscos sociais das famílias, dos indivíduos e das comunidades. Para tanto, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Programa de Atenção Integral a Família - PAIF se tornam ainda mais prioritários em especial nos territórios em que estão instalados os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

A Proteção Social Básica buscará promover a integralidade do atendimento socioassistencial. Nesta perspectiva destacamos: a implementação da gestão integrada entre os serviços, benefícios e transferência de renda; o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; a garantia do acesso das famílias e indivíduos aos serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e outras políticas setoriais.

A Proteção Social Básica tem caráter preventivo e processador de inclusão social, destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, situação de privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos), em situação de fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) - PNAS/2004.

Neste sentido têm-se por referência os territórios e os serviços, programas, projetos e benefícios devem garantir ações preventivas, de convivência, socialização, inserção e acolhida das famílias e indivíduos, visando desenvolver potencialidades, aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A execução da Proteção Social Básica – PSB será realizada através dos CRAS e através de uma rede socioassistencial local, responsável pela oferta complementar de serviços públicos e privados da PSB voltados para as necessidades e demandas apresentadas pelos dos usuários do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo estes: Serviços para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos de idade, Serviços para Adolescentes e Jovens de 15 a 24 anos de idade e Serviços para Idosos.

Nesta vertente as prioridades da Proteção Social Básica de Januária/MG por meio dos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/Manguba e Sagrada Família são as seguintes:

- Construção do CRAS/Sagrada Família;
- Reforma do CRAS/Manguba;
- Complementação da equipe técnica de acordo a NOB/RH/SUAS;
- Manutenção de materiais de consumo e permanente;
- Fortalecimento do PAIF por meio de recurso próprio e apoio contínuo aos grupos de idosos, crianças e adolescentes;
- Aquisição de veículo para a Unidade.

Para realizarmos a efetivação destes pressupostos, será necessária a ampliação do alcance da Proteção Social Básica, por intermédio de atenções que reduzam vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, bem como, a defesa e a garantia dos direitos socioassistenciais; será necessário ainda a ampliação da cobertura da rede prestadora de serviços do SUAS e das metas de atendimento, assim como a ampliação efetiva dos recursos nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal.

**AÇÕES, ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO, RESULTADOS ESPERADOS, INDICADORES E PRAZOS DE EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE JANUÁRIA/MG**

**AÇÃO/MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Aquisição de equipamentos, materiais permanentes de informática;
- Estreitar interface com os serviços por meio de uma Coordenadoria de Gestão da Informação;
- Fomentar a cultura da informação;
- Criar material de divulgação e orientação para a população (cartilhas, folder, vídeos institucionais);
- Criar um Sistema Integrado de Gestão Municipal - SIGM

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Aprimoramento dos instrumentos de gestão das informações;
- Apropriação dos dados dos diversos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios da Assistência Social;

**INDICADORES:**

- Nº de Serviços equipados com materiais permanentes suficientes para o desenvolvimento das ações;
- Nº de usuários incluídos no SIGM;
- Nº de atualizações de cadastros no SIGM;
- Nº de acessos ao SIGM;
- Nº de materiais de divulgação produzidos;
- Nº de materiais de divulgação distribuídos.

**AÇÃO/GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS/RH - ANO 2013 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Acolher, coordenar e supervisionar as equipes técnicas e de apoio dos serviços da área de abrangência rural e urbana;
- Promover e incentivar a capacitação continuada dos trabalhadores do SUAS;
- Estimular a produção e a sistematização do conhecimento dando maior visibilidade às experiências realizadas;

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Fortalecimento do trabalho em equipe;
- Maior instrumentalização da equipe;
- Maior qualidade no atendimento ao usuário(a);
- Melhoria e efetividade dos serviços prestados;
- Valorização do trabalhador e difusão das experiências;
- Colaborar e apoiar na resolutividade dos conflitos interpessoais por meio do uso de técnicas específicas e criação de instrumentais.

**INDICADORES:**

- Nº de trabalhos produzidos;
- Nº de trabalhos socializados;
- Grau de satisfação dos trabalhadores;
- Melhoria das relações interpessoal

**AÇÃO/ESTRUTURAR O CRAS /MANGUBA DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO SUAS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Reformar e ampliar o espaço físico atual;
- Ampliar Recursos Humanos, por intermédio de Concurso Público;
- Modernizar a infraestrutura física e de Tecnologia da Informação da unidade.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Espaço Físico adequado e compatível com as ações implantadas;
- Equipe mínima de profissionais, de acordo com a NOB/RH;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Atualização dos equipamentos e condições de acesso à rede.

**INDICADORES:**

- Espaço físico reformado;
- N° de profissionais, de acordo com a NOB/RH;
- N° de materiais permanentes;
- Equipamentos de informática atualizados.

**AÇÃO/VOLTADAS À POPULAÇÃO RESIDENTE FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS CRAS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Inclusão de indivíduos e famílias nos Serviços, Projetos, Programas e Benefícios da Política de Assistência Social;
- Busca ativa, entrevistas/visitas domiciliares a referida população;
- Atendimento das notificações dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- Referenciamento e contrareferenciamento para os serviços das Proteções Sociais: Básica e Especial e demais políticas afins.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Favorecer a equidade por meio da ampliação do acesso aos Serviços, Projetos, Programas e Benefícios da Política de Assistência Social.

**INDICADORES:**

- Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF/Dimensão: Acesso ao trabalho;
- Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF/Dimensão: Disponibilidade de Recursos;
- Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF/Dimensão: Condições habitacionais;
- Mapa da Vulnerabilidade.

**ACÇÃO/ESTRUTURAÇÃO DO CRAS/SAGRADA FAMÍLIA DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO SUAS /ANO 2014 A 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Construir a sede do CRAS, de acordo com a especificação do MDS (Centro Público);
- Ampliar Recursos Humanos, por intermédio de Concursos Públicos e/o processo seletivo;
- Modernizar a infraestrutura física e de materiais de permanentes.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Espaço Físico construído;
- Equipe mínima de profissionais, de acordo com a NOB/RH;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Atualização dos equipamentos e condições de acesso à rede.

**INDICADORES:**

- Espaço físico construído;
- N° de profissionais, de acordo com a NOB/RH;
- N° de materiais permanentes;
- N° de equipamentos de informática

**AÇÃO/FORTALECER AS EQUIPES VOLANTES/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Propiciar condições físicas (veículo, material didático e outros) para as equipes volantes;
- Garantir equipe de referência de acordo a NOB/RH;
- Referenciar cada equipe volante no seu CRAS de origem;
- Garantir diárias para os técnicos(as).

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Integração e articulação entre as equipes volantes;
- Famílias referenciadas tendo suas demandas atendidas;
- Estabelecer metas;
- Mapeamento das vulnerabilidades sociais no âmbito rural;
- Usuários(as) da Zona Rural ter equipe de referência em pleno funcionamento.

**INDICADORES:**

- Nº de famílias referenciadas;
- Nº de famílias acompanhadas;
- Nº de ações articuladas.

**AÇÃO/GARANTIR ACESSO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE AOS CURSOS DO PRONATEC DE ACORDO POTENCIALIDADES DE CADA QUAL/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Realizar levantamento das famílias que tem perfil dos cursos do PRONATEC;
- Orientar as famílias como e onde deve ser feito as inscrições para os cursos;
- Divulgar nas unidades de atendimento os prazos de inscrição e os cursos que serão ofertados;
- Levantar potencialidades das famílias acompanhadas.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Quantidade expressivas de famílias participando dos cursos do PRONATEC;
- Inserção no mercado de trabalho pós realização dos cursos do PRONATEC;
- Protagonismo individual e familiar.

**INDICADORES:**

- N° de famílias referenciadas inseridas nos cursos;
- Redução da ocorrência das situações de vulnerabilidade e riscos nos territórios;
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- Ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais e das outras políticas;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias nos territórios atendidos;
- Maior qualificação e efetividade das ações com famílias.

**AÇÃO/CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO LOCAL INTERSETORIAL, DE ACORDO COM O DIAGNÓSTICO DAS FAMÍLIAS E DO TERRITÓRIO, INTEGRANDO AS AÇÕES E AMPLIANDO A CAPACIDADE DE PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Aperfeiçoar o diagnóstico socioterritorial e identificar as vulnerabilidades, riscos e potencialidades das famílias e dos territórios;
- Analisar as necessidades/demandas apontadas na ocasião do acolhimento;
- Construir mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações;
- Definir objetivos;
- Estabelecer diretrizes e prioridades;
- Definir metas, recursos humanos e financeiros;
- Mapeamento da rede socioassistencial intersetorial quanto às iniciativas de organização local;
- Realizar reuniões sistemáticas com a rede socioassistencial e com as demais políticas para definição das ações prioritárias e elaboração de planejamento e avaliação;
- Potencializar as reuniões dos Fóruns Intersetoriais;
- Gestão Pública da rede socioassistencial.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Conhecimento aprofundado das vulnerabilidades, riscos, demandas e potencialidades das famílias nos territórios;
- Rede Socioassistencial e de Serviços mapeada;
- Planejamento, de acordo com diagnóstico do território;
- Atendimento ampliado;
- Redução da ocorrência das situações de vulnerabilidades e riscos nos territórios;
- Ampliação do acesso aos serviços, direitos socioassistenciais e às demais políticas setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias nos territórios de abrangência dos CRAS;
- Ampliação da oferta dos serviços de proteção social básica nos territórios;
- Desenvolvimento de ações integradas, potencializando-as, assim como os recursos humanos e financeiros.

**INDICADORES:**

- Nº de Planos de Ação Local elaborados;

- N° de Planos de Ação Local em execução;
- N° de atendimentos realizados pela rede socioassistencial;
- N° de entidades prestadoras de serviços socioassistenciais do território;
- N° de reuniões realizadas com a rede socioassistencial
- N° de reuniões intersetoriais;

### **AÇÃO/FORTALECER E AMPLIAR A INCLUSÃO DAS FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO/ANO 2014 A 2017**

#### **ESTRATÉGIAS:**

- Referenciar as famílias para inclusão no Cadastro Único;
- Inserir as famílias que possuem o benefício BPC no CAD-ÚNICO;
- Capacitar sistematicamente os trabalhadores do SUAS no uso do Cadastro;
- Criar o Sistema Integrado de Gestão Municipal - SIGM;
- Adquirir equipamentos de informática e ampliar o acesso à Internet;
- Alimentar sistematicamente os dados no Sistema Integrado de Gestão Municipal - SIGM.

#### **RESULTADOS ESPERADOS:**

- Registro e atualização das informações das famílias atendidas;
- Acompanhar pelo menos 25% das famílias que obtém o benefício BPC;
- Utilização do sistema como ferramenta de gestão e monitoramento;
- Conhecimento do diagnóstico das famílias atendidas;
- Subsídios para monitoramento e avaliação das ações;
- Subsídios para elaboração e implementação de políticas públicas.

#### **INDICADORES:**

- N° de profissionais capacitados;
- N° de famílias cadastradas;
- N° de famílias referenciadas e acompanhadas;
- N° de relatórios disponíveis.

**AÇÃO /APROPRIAÇÃO QUALIFICADA DAS DIRETRIZES E CONCEITOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PELO CONJUNTO DE TRABALHADORES DO SUAS E DEMAIS POLÍTICAS SETORIAIS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Reuniões sistemáticas com a rede socioassistencial e as demais políticas setoriais;
- Ampliar as discussões sobre as legislações do SUAS.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Trabalhadores do SUAS e demais Políticas setoriais com apropriação e domínio das Legislações do SUAS;

**INDICADORES:**

- Nº de trabalhadores do SUAS capacitados;

## **ACÇÃO/FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS TRABALHADORES DO SUAS/ANO 2014 A 2017**

### **ESTRATÉGIAS:**

- Desenvolver e aperfeiçoar tecnologias de gestão pública;
- Ampliar conhecimentos teóricos e de metodologias de trabalho;
- Capacitação e supervisão continuada dos trabalhadores do SUAS;
- Propiciar e incentivar a participação dos trabalhadores do SUAS em Fóruns, Seminários, Congressos, Conferências, dentre outros.

### **RESULTADOS ESPERADOS:**

- Qualificação teórico-metodológica do trabalho social;
- Maior apropriação dos conceitos e diretrizes do SUAS;
- Integração e articulação entre as equipes do CRAS/PAIF e CREAS/PAEFI
- Maior qualificação e efetividade das ações;
- Produção de material teórico.

### **INDICADORES:**

- Nº de trabalhadores do SUAS capacitados;
- Nº de trabalhadores do SUAS das entidades prestadoras de serviço capacitados;
- Nº de trabalhadores do SUAS do poder público capacitados;
- Nº de participações em Fóruns, Seminários, Congressos, Conferências, dentre outros;
- Nº de materiais técnicos produzidos;
- Nº de materiais técnicos socializados.

**AÇÃO/REORDENAR O SERVIÇO DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Reorganizar o atendimento por faixa etária;
- Criar o grupo de fortalecimento e convivência familiar de crianças de 0 a 6 anos de idade;
- Acompanhar e monitorar o plano de trabalho das redes governamental e prestadora de serviços do SUAS;
- Estabelecer parceria para monitoramento conjunto entre os serviços;
- Propiciar formação continuada com foco na relação Proteção Social Básica e Serviço Socioeducativo;
- Ampliar recursos humanos, de acordo com a diretriz NOB/RH e demanda do território;
- Definir período específico do ano para o levantamento de demanda de vagas;
- Monitorar os resultados e impactos das ações das redes governamental e prestadora de serviços do SUAS.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Serviço executado, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- Atendimento da faixa etária estabelecida;
- Equipe mínima de recursos humanos;
- Monitoramento conjunto efetivado;
- Qualificação teórico-metodológica do trabalho social;
- Aprofundamento dos conceitos e diretrizes da PNAS/SUAS e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- Qualificação e efetividade das ações;
- Demanda de vagas identificadas;
- Diagnóstico atualizado do território.

**INDICADORES:**

- Nº de Recursos Humanos;
- Nº de crianças de 0 a 06 anos;
- Nº de idosos(as) acompanhados;
- Nº de crianças de 06 a 15 anos;
- Nº de adolescentes de 15 a 17 anos;

- Nº de trabalhadores do SUAS capacitados;
- Nº da demanda identificada;
- Nº de planos de trabalhos reordenados;
- Nº de seminários (fóruns) e oficinas realizados.

### **ACÇÃO/QUALIFICAR O TRABALHO COM FAMÍLIAS DA REDE EXECUTORA/ANO 2014 a 2017**

#### **ESTRATÉGIAS:**

- Treinar e fortalecer o trabalho desenvolvido com as famílias intensificando as ações com foco na matricialidade familiar.

#### **RESULTADOS ESPERADOS:**

- Aumento de acessos das famílias nos serviços socioassistenciais e setoriais, contribuindo para que a família desempenhe melhor seu papel protetivo;
- Aumento do acesso aos direitos socioassistenciais;
- Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.

#### **INDICADORES:**

- Nº de famílias que receberam orientações e inclusões nos serviços socioassistenciais;
- Nº de famílias com vínculos familiares mais fortalecidos;
- Nº de visitas e entrevistas domiciliares realizadas;
- IDF/Dimensão: Vulnerabilidade; fi IDF/Dimensão: Acesso ao conhecimento;
- IDF/Dimensão: Acesso ao trabalho;
- IDF/Dimensão: Acesso à disponibilidade de recursos.

**AÇÃO/IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Realizar Estudos da demanda;
- Seminário para implantação do serviço.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Identificar o número de usuários;
- Elaborar indicadores para identificar a real necessidade do serviço no Município;
- Definição de conceito.

**INDICADORES:**

- Nº de Idosos identificados;
- Nº de pessoas com deficiências identificadas;
- Indicadores de necessidades estabelecidos;
- Conceito definido;
- Necessidade de implantação definida.

**AÇÃO/ REALIZAR ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS E ACOMPANHAMENTO COM AS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Realizar Estudos da demanda;
- Mapear as famílias ribeirinhas;
- Fortalecer as comunidades quilombolas;
- Mapear as comunidades tradicionais;
- Realizar ações socioeducativas de acordo realidade local;
- Realizar ações preventivas;
- Propiciar as famílias ribeirinhas e as comunidades tradicionais (quilombolas) o acesso aos direitos fundamentais;
- Inserir as famílias ribeirinhas e as famílias das comunidades tradicionais no CADÚNICO.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Identificar o número de usuários;
- Inserir as famílias quilombolas no CAD-Único;
- Elaborar indicadores para identificar a real necessidade do serviço no Município;
- Definição de mapeamento;
- Procedimentos de intervenção
- Ações socioeducativas fomentadas;
- Busca ativa realizada.

**INDICADORES:**

- Nº de famílias identificadas;
- Nº de comunidades mapeadas;
- Indicadores de necessidades estabelecidos;
- Conceito definido;
- Necessidade de intervenção definida
- Quantidade de famílias inseridas no CADÚNICO.

**AÇÃO/ADEÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA /ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Aderir o programa BPC na escola;

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Identificar o número de usuários do BPC;
- Elaborar indicadores para identificar a real necessidade do serviço no Município;
- Definição de conceito;
- Inserir-los no acompanhamento do PAIF;
- Realizar ações socioeducativas.

**INDICADORES:**

- Nº de pessoas com deficiências identificadas;
- Indicadores de necessidades estabelecidos;
- Conceito definido;
- Necessidade de implantação definida;
- Ações socioeducativas realizadas.

**AÇÃO/EXTENSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Criar novas unidades de atendimento do programa Bolsa Família;
- Efetivar o atendimento do Programa Bolsa Família nos CRAS;
- Criar unidades de atendimento do PBF de acordo diagnóstico local.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Elaborar indicadores para identificar a real necessidade da ampliação do serviço no Município;
- Definição de conceito;
- Inserir-los no acompanhamento do PAIF;
- Ampliar o atendimento ao usuário(a).

**INDICADORES:**

- Nº de pessoas do PBF atendidas;
- Indicadores de necessidades estabelecidos;
- Conceito definido;
- Necessidade de implantação definida;
- Ações socioeducativas realizadas.

## **PRIORIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

A Proteção Social Especial de Média Complexidade refere-se ao atendimento das famílias e aos indivíduos com seus direitos violados e materializa-se por meio de serviços que ofertam atendimento especializado aos usuários cujos vínculos familiares e comunitários se encontram fragilizados exigindo atenção específica e individualizada, com acompanhamento sistemático e monitorado e, uma maior estruturação técnico-operacional (PNAS/2004).

Cabe ressaltar que o serviço de referência no âmbito da média complexidade é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS sendo esta uma unidade pública de abrangência municipal, responsável pela oferta de serviços especializados a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência.

A organização da Proteção Social Especial de Média Complexidade, na lógica da NOB/SUAS, iniciou-se a partir da estruturação da Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no ano de 2008, ano em que foi criado o primeiro Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar /comunitário.

No município de Januária/MG existe o serviço de acolhimento institucional para adolescentes, na modalidade de abrigo, fundamentados no artigos 86 à 94 da Lei nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), denominado Unidade de Acolhimento Institucional de Januária/MG - UAIJ, que atenderá adolescentes em vivência de situações de risco social e que tenham seus vínculos familiares e comunitários rompidos em decorrência de violências e violações de seus direitos.

A Proteção Social de Alta Complexidade, entendida como espaço de acolhimento provisório e excepcional, e respeitada à especificidade do ciclo de vida, continuará seu processo de

reordenamento conceitual, estrutural e de formação técnica, com ênfase no acolhimento personalizado e em pequenos grupos, visando garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

Nesta vertente a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade de Januária/MG tem como prioridades as seguintes necessidades:

- Construção do CREAS;
- Aquisição de veículo para a unidade;
- Construção e manutenção da Casa de Apoio aos grupos socialmente vulneráveis e em trânsito;
- Aquisição de material de consumo e permanente para o PAEFI;
- Instituir equipe de abordagem social;
- Complementação da equipe técnica de acordo a NOB/RH/SUAS;
- Fortalecimento do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto por meio de recurso próprio;
- Fomentação do projeto de Lei da Unidade de Acolhimento Institucional - UAIJ;
- Construção da Unidade de Acolhimento Institucional de Januária - UAIJ.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violências físicas, psicológicas e negligências; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões a situações que provoquem danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar. Neste sentido encontra-se abaixo algumas estratégias de ação para fortalecer tal serviço:

**AÇÕES, ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO, RESULTADOS ESPERADOS, INDICADORES E PRAZOS DE EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DE JANUÁRIA/MG**

**AÇÃO/ESTABELECEMOS ESTRATÉGIAS DE VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Aprimorar o conhecimento das demandas que incidem sobre os indivíduos e as famílias, por meio de levantamento e produção de informações, indicadores e índices territorializados;
- Construir indicadores de monitoramento e avaliação das ações;
- Realizar busca ativa;
- Realizar articulação intersetorial.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Conhecimento aprofundado das vulnerabilidades, riscos e potencialidades dos territórios;
- Rede socioassistencial e de serviços mapeada;
- Planejamento, de acordo com o diagnóstico do território;
- Ampliação da oferta de proteção social às famílias;
- Maior qualificação e efetividade das ações;
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Planejamento intersetorial das ações;
- Respostas efetivas e inovadoras à complexidade dos fenômenos sociais;
- Instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliações construídas.

**INDICADORES:**

- Nº de população no território versus;
- Nº de população em situação de vulnerabilidade;
- Nº de população em situação de vulnerabilidade versus;
- Nº de serviços existentes;
- Nº de incidência dos fenômenos no território versus;
- Nº de serviços existentes.

**AÇÃO/FORMAÇÃO CONTINUADA DOS TRABALHADORES DA PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE/ANO 2014-2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Supervisão da equipe técnica;
- Estimular a participação em Cursos, Conferências, Seminários e Congressos;
- Intensificar e aprimorar o uso de instrumentos de escalas de risco, avaliações e metodologias de trabalho;
- Propiciar formação continuada com foco na Proteção Social Básica e Especial.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Aprofundamento dos conceitos e diretrizes da PNAS/SUAS e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- Qualificação teórico-metodológica do trabalho social;
- Aprimorar o conhecimento das demandas das famílias atendidas;
- Análises e diagnósticos ágeis e qualificados;
- Qualificação dos encaminhamentos, referenciamentos e contrareferenciamentos;
- Socialização dos conhecimentos.

**INDICADORES:**

- Nº de trabalhadores do SUAS capacitados;
- Nº de participações em Fóruns, Seminários, Congressos, Conferências, dentre outros;
- Nº de materiais técnicos produzidos;
- Nº de materiais técnicos socializados.

## **AÇÃO/MODERNIZAR A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ANO 2014-2017**

### **ESTRATÉGIAS:**

- Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão da Informação no CREAS;
- Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de informática;
- Criação de Coordenadoria de Gestão da Informação;
- Fomentar a cultura da informação.

### **RESULTADOS ESPERADOS:**

- Programas de informática específicos implantados em rede de acesso;
- Aprimoramento e agilização da leitura das informações por região;
- Acesso aos dados dos diversos serviços, programas, projetos, e benefícios da Assistência Social;
- Associação dos usuários e atualização contínua dos dados no Sistema informatizado.

### **INDICADORES:**

- Nº de programas instalados em rede;
- Nº de materiais permanentes adquiridos;
- Nº de materiais e equipamentos de informática;
- Nº de relatórios sistematizados por região;
- Nº de acessos ao Sistema de informação.

**AÇÃO/REORDENAMENTO DO SERVIÇO PARA ATENDER A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Ampliar RH em conformidade com a NOB/RH/SUAS;
- Adequar espaço físico propiciando acessibilidade;
- Definir territórios de atendimentos, conforme incidência do fenômeno e demanda apresentada pelo CREAS;
- Construção do Plano de Atendimento Familiar com a participação dos indivíduos e suas famílias;
- Criar grupos de convivência de acordo demanda local;
- Trabalhar de forma articulada com os diferentes níveis da proteção social e com a rede socioassistencial e do Sistema de Garantia de Direitos - SGD;
- Trabalhar intersetorialmente com as demais políticas públicas.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Equipe técnica, de acordo com a NOB/RH;
- Espaço físico adequado;
- Efetivação do Plano de Atendimento Familiar - PAF;
- Ação integrada em rede intersetorial;
- Ampliar a abrangência das ações por região de moradia das famílias;
- Proteção social a famílias e indivíduos;
- Fluxos e protocolos instituídos garantindo sinergia entre os níveis de proteção social;
- Fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;
- Preservação dos vínculos familiares e comunitários;
- Redução das violações dos direitos socioassistenciais;
- Adequação dos serviços de atendimento às famílias;
- Oportunizar acesso à segurança de acolhida e de atendimento a uma meta estabelecida de famílias com crianças e adolescentes

vítimas de violência doméstica.

**INDICADORES:**

- N° de RH versus demanda atendida;
- N° de famílias em lista de espera (demanda reprimida apontada pelo CREAS);
- N° de materiais permanentes;
- N° de famílias inseridas;
- N° de Plano de atendimento familiar - PAF elaborados;
- N° de famílias com PAF's;
- Grau de participação das famílias nos PAF's;
- N° de ações desenvolvidas junto às famílias;
- N° de referências e contrarreferências entre os níveis de proteção social;
- N° de reuniões de gestão com a rede socioassistencial;
- N° de famílias em atendimento no programa versus N° de metas de atendimento do programa.

## **AÇÃO/AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES CONTINUADAS DO SERVIÇO/ANO 2014 a 2017**

### **ESTRATÉGIAS:**

- Articular ações intersetoriais e com as demais políticas públicas;
- Incluir crianças, adolescentes e suas famílias com direitos violados na Rede de Proteção Social Básica;
- Monitorar resultados e impactos das ações;
- Realizar campanhas de sensibilização referente aos diversos segmentos atendido pela proteção especial.

### **RESULTADOS ESPERADOS:**

- Ação integrada entre as políticas setoriais;
- Fortalecimento da articulação do trabalho em rede;
- Fluxos e protocolos de atendimento aprimorados;
- Inclusão do grupo familiar na rede de proteção social;
- Monitoramento efetivado;
- Resultados e impactos das ações acompanhados;
- Campanhas, cartazes, panfletos abordando as diversas temáticas realizadas.

### **INDICADORES:**

- Nº de secretarias envolvidas nas ações intersetoriais;
- Nº de reuniões com a rede intersetorial e interinstitucional;
- Nº de ações intersetoriais realizadas;

- Nº de famílias e/ou indivíduos com seus direitos violados incluídos na rede de proteção social básica/especial;
- Nº de usuários reincidentes;
- Nº de famílias incluídas em programas de geração de renda;
- Nº de famílias incluídas em programas de transferência de renda;
- Nº de campanhas realizadas;
- Nº de materiais de divulgação produzidos;
- Nº de materiais de divulgação distribuídos;
- Nº de denúncias.

**AÇÃO/CONSTRUIR O PLANO MUNICIPAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Aprofundar diagnóstico das Medidas Socioeducativas no Município;
- Elaborar o Plano Municipal, em conjunto com o CMDCA/Comissão de Medidas Socioeducativas, demais órgãos do SGD e demais políticas setoriais.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Diagnóstico realizado;
- Plano Municipal Intersetorial elaborado;
- Qualificação e padronização do atendimento aos adolescentes no Município;
- Segurança de acolhida ao adolescente e seu grupo familiar;
- Segurança de convívio, vivência familiar, comunitária e social;

**INDICADORES:**

- Locais versus N° de incidência de Medidas Socioeducativas;
- N° atividades ofertadas por política setorial;
- N° de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas;
- N° de reuniões com a Rede Socioassistencial;
- N° de reuniões com o SGD;
- N° de reuniões com as demais Políticas Públicas.

**AÇÃO/REORDENAR A ÁREA PROGRAMÁTICA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO EM MEIO ABERTO  
MUNICÍPIO/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Ampliar recursos humanos, de acordo com a diretriz NOB/RH;
- Adequar infraestrutura, de acordo com a demanda;
- Ampliar o trabalho junto ao grupo familiar, conforme o SUAS;
- Efetivar a construção do Plano Individual de Atendimento - PIA;
- Garantir atendimento em dupla psicossocial a todo o grupo familiar;
- Articular referenciamento e contrarreferenciamento do adolescente e seu grupo familiar para a proteção social básica;
- Articular referenciamento e contrarreferenciamento do adolescente e seu grupo familiar para o CREAS quando houver demais violações de direito no grupo familiar.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Equipe de RH, de acordo com a NOB/RH;
- Infraestrutura adequada e compatível com as ações executadas;
- Fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
- PIA's elaborados e efetivados;
- Redução da reincidência da prática do ato infracional e do ciclo de violência;
- Inclusão do adolescente e sua família na proteção social básica;

- Inclusão do adolescente e sua família no CREAS.

**INDICADORES:**

- N° de RH versus demanda atendida;
- N° de materiais permanentes;
- N° de equipamentos de informática;
- N° de adolescentes atendidos;
- N° de famílias atendidas;
- N° de PIA's elaborados;
- N° de PIA's em execução;
- N° de encaminhamentos versus contrarreferenciamentos para a proteção social básica;
- N° de encaminhamentos versus contrarreferenciamentos para o CREAS;
- N° de reincidências no ato infracional;
- Média de tempo de permanência dos adolescentes no Serviço.

**AÇÃO/ADEQUAR OS SERVIÇOS AOS PADRÕES ESTABELECIDOS NAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR PARA ADOLESCENTES/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Construção do Plano Municipal do Serviço de Acolhimento Institucional e familiar para adolescentes;
- Articulação com as políticas de educação e saúde para composição de orçamento na execução dos serviços de acolhimento;
- Aprimoramento do Estudo/Diagnóstico;
- Plano de Atendimento Individual e Familiar - PIA;
- Acompanhamento da Família de Origem;
- Articulação Intersetorial com a rede de serviços e demais políticas setoriais;
- Articulação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, envolvendo os três níveis de proteção social;
- Articulação com o Sistema Único de Saúde – SUS;
- Articulação com o Sistema Educacional municipal e estadual;
- Construção do regimento interno;
- Elaboração do Projeto Político- Pedagógico dos serviços de acolhimento.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Políticas de assistência social, de saúde e de educação corresponsabilizadas;
- Excepcionalidade e Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Vínculos Familiares e Comunitários fortalecidos e preservados;
- Acesso e respeito à diversidade e não discriminações asseguradas;

- Atendimento personalizado e individualizado;
- Liberdade de crença e religião para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e familiar;
- Autonomia da criança, do adolescente e do jovem respeitadas;
- Acesso a tratamento de saúde mental, para crianças e adolescentes com transtornos mentais;
- Educadores capacitados para a construção do projeto político-pedagógico;
- Equipes técnicas capacitadas para a construção do projeto político-pedagógico;
- Acolhimento e desligamento qualificados;
- Não desmembramento de grupos de crianças/adolescentes com vínculos de parentesco e fortalecimento de sua vinculação afetiva;
- Registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente organizados;
- Papel e valorização dos educadores/cuidadores e da família acolhedora definidos.

#### INDICADORES :

- Valor orçamentário destinado pelas políticas de saúde e de educação para os serviços de acolhimento familiar;
- N° de crianças/adolescentes acolhidos;
- N° de crianças e adolescentes acolhidos, com Planos Individuais de Atendimento elaborados;
- N° de crianças e adolescentes reinseridos no convívio familiar e comunitário;
- N° de crianças e adolescentes acolhidos em grupos de irmãos;
- N° de crianças e adolescentes acolhidos versus tempo de acolhimento;
- N° de crianças e adolescentes inseridos em famílias através de adoção tardia;
- N° de educadores capacitados;

- N° de técnicos capacitados;
- N° de serviços de acolhimento versus projetos político-pedagógicos elaborados;
- N° de crianças e adolescentes incluídos na rede de serviços socioassistenciais;
- N° de crianças e adolescentes incluídos no Sistema de Educação Municipal;
- N° de crianças e adolescentes incluídos no Sistema Educacional Estadual;
- N° de crianças e adolescentes incluídos no Sistema Único de Saúde;
- N° de adolescentes e jovens incluídos no ensino profissionalizante;
- N° de adolescentes e jovens incluídos no ensino médio;
- N° de adolescentes e jovens incluídos no mercado de trabalho.

**AÇÃO/IMPLANTAR PROGRAMA DE APADRINHAMENTO AFETIVO/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Divulgação do programa na comunidade;
- Seleção e capacitação de padrinhos;
- Articulação com os serviços de acolhimento institucional e familiar;
- Criação de parâmetros básicos para o programa;
- Ampliação da rede pessoal das crianças e adolescentes.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Programa implantado;
- Rede de serviços articulada;
- Parâmetros definidos;
- Direito à convivência familiar e comunitária garantido.

**INDICADORES:**

- Nº de serviços com a efetivação do programa;
- Nº de crianças e adolescentes inseridos em programas de apadrinhamento afetivo;
- Nº de candidatos ao programa versus Nº de padrinhos capacitados;
- Nº de padrinhos aprovados versus Nº de crianças.

**AÇÃO/CONSTRUIR E EQUIPAR SEDE PRÓPRIA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE JANUÁRIA/MG DE ACORDO COM ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTES/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Elaboração do projeto de construção;
- Construção da sede;
- Aquisição dos equipamentos de infraestrutura, de acordo com a demanda.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Atendimento residencial em ambiente adequado e acolhedor;
- Infraestrutura adequada ao serviço.

**INDICADORES:**

- Nº de crianças e adolescentes atendidos;
- Nº de imóveis construídos.

**AÇÃO/REUNIÕES SEMANAIS DE GESTÃO COM OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Articular profissionais dos serviços da proteção social especial de alta complexidade, bem como o monitoramento e avaliação das ações.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Reuniões semanais sob a responsabilidade do(a) Gestor(a) dos serviços da proteção social especial de alta complexidade.

**INDICADORES:**

- N° de profissionais participando ativamente das reuniões.

**AÇÃO/CRIAÇÃO DO PROJETO DE LEI FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Articular com poder legislativo e executivo a criação e aprovação da referida lei.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Promover um dia do acolhimento familiar em Januária/MG, instituindo a Campanha “Januária Acolhendo suas Crianças e Adolescentes”.

**INDICADORES:**

- N° de famílias participando e acolhendo crianças e adolescentes no Município.

**AÇÃO/IMPLANTAR O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA DE APOIO PARA A POPULAÇÃO EM TRÂNSITO E EM SITUAÇÃO DE RUA (ADULTO) CONFORME A TIPIIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Efetivar a Gestão Pública do serviço;
- Estabelecer parcerias com prestadoras de serviço do SUAS;
- Estruturar o serviço com RH, conforme NOB/RH;
- Acolher indivíduos e famílias com a capacidade máxima de 10 vagas;
- Realizar estudo e diagnóstico visando o retorno do indivíduo à cidade de origem;
- Localizar familiares visando o retorno do indivíduo;
- Articular com a rede socioassistencial e demais políticas públicas para o atendimento emergencial do indivíduo;
- Construir novas metodologias de trabalho visando à autonomia e a descoberta de potencialidades favorecendo a elaboração de novos projetos de vida;
- Contribuir para o processo de saída das ruas.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Equipe Técnica, de acordo com a NOB/RH;
- Qualificação da rede de acolhimento institucional;
- Melhoria da qualidade de vida;
- Resgate da cidadania e promoção sociofamiliar e comunitária;

- Redução da incidência de migrantes e itinerantes em situação de rua;
- Inserção de indivíduos na rede socioassistencial do Município de origem;
- Espaço físico adequado.

**INDICADORES:**

- Nº de articulações com a rede socioassistencial e demais políticas setoriais;
- Nº de articulações com o Município de origem;
- Nº de atendidos versus Nº de retornos referenciados;
- Nº de reincidentes;
- Nº de RH versus demanda;
- Nº de reuniões de gestão pública.

**AÇÃO/DISCUSSÃO COM INTEGRANTES DA POLÍTICA DE SAÚDE REFERENTE AOS PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Estreita interface com a política de saúde;
- Acompanhamento dos técnicos do SUAS junto as famílias dos dependentes químicos de drogas lícitas e ilícitas;
- Reuniões mensais entre os técnicos da Política de Saúde com os técnicos da Política de Assistência Social;
- Intensificar as reuniões intersecretarias, com fins, de definir as competências de cada Secretaria;
- Definição da especificidade do público alvo, procedimentos a serem tomados;
- Articulação de ações para o financiamento partilhado entre as políticas de saúde e de assistência social;
- Elaboração do diagnóstico situacional;
- Articulação de ações com a rede socioassistencial e demais políticas setoriais;
- Estruturação do serviço com RH, conforme NOB/RH;
- Articulação nas três esferas de governo para o financiamento conjunto dos serviços nas áreas de assistência social e de saúde.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Procedimentos definidos e colocados em prática no atendimento ao indivíduo e seus familiares;
- Público-alvo definido com ênfase no indivíduo sem vínculos familiares e/ou rompidos, dependentes de substâncias psicoativas;
- Gestão e financiamento partilhado com a saúde;
- Diagnóstico elaborado;

- Serviços articulados em rede socioassistencial e com as demais políticas setoriais;
- Redução das violações de direitos socioassistenciais e seus agravamentos;
- Indivíduos e famílias cuidados e protegidos;
- Retorno à convivência familiar e comunitária;
- Serviço organizado, de acordo com NOB/RH.

**INDICADORES:**

- N° de reuniões de gestão da rede;
- N° de locais mapeados;
- N° de reuniões intersecretarias realizadas;
- N° de convênios efetivados;
- N° de indivíduos versus N° de famílias;
- N° de RH versus serviços considerando sua especificidade.

**AÇÃO/FOMENTAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE JANUÁRIA/MG  
-UAIJ /ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Articulação com a rede do sistema de garantia de direitos, tendo em vista a elaboração de Minuta do Projeto de Lei da UAIJ.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Construção coletiva da Minuta do Projeto de Lei da UAIJ.

**INDICADORES:**

- Lei de Criação da UAIJ constituída.

**AÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE PARÂMETROS DE AÇÕES DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Efetivar a Gestão Pública do serviço;
- Estabelecer parcerias com prestadoras de serviço do SUAS;
- Estruturar o serviço que promove a proteção imediata nos momentos de situações de reintegração de posse, desocupação de área, calamidades públicas e emergências com RH, conforme NOB/RH;
- Oferecer proteção integral em moradia transitória;
- Articular a rede socioassistencial e demais políticas setoriais;
- Participar das reuniões de organização das operações emergenciais;
- Cadastrar as pessoas e famílias atingidas;
- Identificar a possibilidade de abrigo por familiares dos atingidos;
- Proporcionar o acolhimento emergências das pessoas ou famílias atingidas;
- Desenvolvimento de atividades que promovam as relações harmoniosas de convívio e de organização da vida cotidiana;
- Organizar dados de ocorrência através de relatórios mensais e anuais;
- Suprimento imediato das necessidades básicas.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Fortalecimento da Gestão Pública;
- Acesso à rede socioassistencial e as demais políticas setoriais;

- Ações preventivas a situações de riscos;
- Minimização de danos;
- Acesso aos serviços da rede socioassistencial e as demais políticas setoriais;
- Proteção social a indivíduos e famílias;
- Suprimento imediato das necessidades básicas;
- Reorganização e reconstrução da convivência familiar e comunitária.

**INDICADORES:**

- N° de reuniões de gestão da rede de serviços de atendimento;
- N° de parcerias efetivadas;
- N° de RH versus demanda;
- N° de atendidos versus N° de atendimentos;
- N° de inserções no mercado de trabalho;
- N° de moradias;
- N° de pessoas e famílias atendidas (cadastros efetuados);
- N° de pessoas e famílias abrigadas N° de pessoas e famílias abrigadas na casa de familiares ou vizinhos;
- N° de pessoas e famílias referenciadas a rede;
- N° de reuniões de preparação para atendimento de situações emergenciais.

**AÇÃO/IMPLANTAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A RESIDÊNCIA INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**  
**/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Implantar o serviço de Residência Inclusiva para pessoa com deficiência.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Promover um atendimento eficaz ao referido público.

**INDICADORES:**

- N° de pessoas com deficiência inseridas no acompanhamento do serviço
- Protagonismo do usuário(a).

## FINANCIAMENTO

Para que haja a consolidação da Política Pública de Assistência Social e a efetiva implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, se torna cada vez mais imprescindível o estabelecimento sistemático da forma de financiamento. É necessária a provisão de recursos e sua correta distribuição e aplicação na lógica de direcionar os gastos, investimentos e aplicações de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas.

O Plano Municipal 2014-2017 prevê uma Gestão Financeira da Política de Assistência Social, de forma integrada entre os três entes federados, seja para garantir a estruturação física, tecnológica e metodológica, seja quanto à execução e custeio direto dos serviços. Os serviços socioassistenciais, de caráter continuado previstos neste Plano têm prioridade no financiamento, devendo a cada ano serem aperfeiçoadas as formas de aplicação, de acordo com o nível de proteção social e a região de maior vulnerabilidade e risco social.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS/2012 coloca no seu art. 44 que são instrumentos da gestão financeira e orçamentária do SUAS o orçamento da assistência social e os fundos de assistência social.

Não obstante o art. 45 da NOB/SUAS/2012 preconiza que a gestão financeira e orçamentária da assistência social implica na observância dos princípios da administração pública, em especial: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

<b>UNIDADE GESTORA RECURSO MUNICIPAL</b>				
2013	2014	2015	2016	2017
R\$ 496.180,00	R\$ 607.730,03	R\$ 712.039,23	R\$ 820.520,80	R\$ 933.341,64

<b>UNIDADE GESTORA RECURSO ESTADUAL</b>				
2013	2014	2015	2016	2017
R\$ 315.321,00	R\$ 315.321,00	R\$ 315.321,00	R\$ 315.321,00	R\$ 315.321,00

UNIDADE GESTORA RECURSO FEDERAL				
2013	2014	2015	2016	2017
R\$ 1.450.757,64	R\$ 1.450.757,64	R\$ 1.450.757,64	R\$ 1.450.757,64	R\$ 1.450.757,64

UNIDADE GESTORA RECURSO TOTAL ANO A ANO				
2013	2014	2015	2016	2017
R\$ 2,262,258,64	R\$ 2.373.808,67	R\$ 2.478,117,87	R\$ 2.586,599,44	R\$ 2.699,420,28

**Obs:** Os quadros orçamentários supracitados são previsões de recursos municipais, estadual e federal ano a ano, com base em receitas e recursos carimbados do âmbito federal variado principalmente nos recursos municipais e estaduais.

Relatório de Informação da Proteção Social Básica - Regime de Competência. Informações Adicionais:			
Município	Januária - MG	IBGE	313520
Secretário(a) Municipal de Assistência Social	Elisa Dias Marques de Deus	Telefone	(38) 36211852
Endereço Secretaria	PRAÇA TIRADENTES 255, CENTRO	E-mail	<a href="mailto:smdsjanuaria@gmail.com">smdsjanuaria@gmail.com</a>
Dados Gerais			
Área territorial do Município (Km <sup>2</sup> )	6.691,17 Km <sup>2</sup>		
População Censo 2010	65.463		
Nível de habilitação do município no SUAS	PLENA		
Porte do município segundo o Censo 2010	MÉDIO		

O município possui presença de comunidades tradicionais em seu território. Fonte: SEPPIR e FUNAI	Quilombola
<b>Piso Básico Fixo - CRAS/PAIF</b>	
Quantidade de CRAS co-financiados	2
Valor mês de referência	R\$ 18.000,00
Previsão de repasse anual	R\$ 216.000,00
Capacidade de atendimento (famílias ano/NOB-SUAS)	2.000
Famílias referenciadas (ano/NOB-SUAS)	10.000
Quantidade de CRAS cadastrados no Censo 2008	2
Quantidade de CRAS cadastrados no Censo 2009	2
Quantidade de CRAS cadastrados no Censo 2010	2
Quantidade de CRAS cadastrados no Censo 2011	2
Situação atual de pagamento	LIBERADO
Saldo em conta **	R\$ 36.292,91
<b>Piso Básico Variável III - Equipes volantes</b>	
Quantidade de Equipes Volantes cofinanciadas	2

Valor mês de referência	R\$ 9.000,00
Previsão de repasse anual	R\$ 108.000,00
Situação atual de pagamento	LIBERADO
Saldo em conta **	R\$ 18.766,27
<b>Piso Básico Variável I - Projovem Adolescente</b>	
Quantidade de coletivos cofinanciados	15
Capacidade de atendimento nos coletivos	375
Jovens(Sisjovem)	15
Valor mês de referência	R\$ 18.843,75
Previsão de repasse anual	R\$ 226.125,00
Situação atual de pagamento	LIBERADO
Saldo em conta **	R\$ 213.059,04
<b>Piso Básico Variável II - Serviços de Convivência e/ou no domicílio</b>	
Quantidade de famílias com presença de crianças e/ou idosos com renda familiar/per capita de até 1/2 salário mínimo (CadÚnico - 2008)	5.200
Quantidade de famílias com presença de crianças e/ou idosos com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo referenciadas pelo serviço	5.200
Valor mês de referência	R\$ 9.360,00

Previsão de repasse anual	R\$ 112.320,00
Situação atual de pagamento	LIBERADO
Saldo em conta **	R\$ 46.396,28

\* Referente ao mês de Maio /2013 - Apurado em 31/05/2013 pelo FNAS

### Relatório de Informação da Proteção Social Especial - Regime de Competência.

CREAS	PAEFI / Abordagem Social	Nº Unidades CREAS	1
		Capacidade de Atendimento	50
		Repasse Mensal	R\$ 10.300,00
		Situação Atual de Pagamento	EM PAGAMENTO
	Medida Sócioeducativa - MSE	Capacidade de Atendimento - Adolescentes	40
		Repasse Mensal	R\$ 2.200,00
		Situação Atual de Pagamento	EM PAGAMENTO
	PAEFI/Abordagem Social + MSE	Total Mês de Cofinanciamento CREAS	R\$ 12.500,00
		Previsão de Repasse Anual	R\$ 150.000,00
	<u>Programa</u> de Erradicação do	Crianças/Adolescentes inseridas no CadÚnico	313
Repasse Mensal		R\$ 8.000,00	

Trabalho Infantil - PETI	Previsão de Repasse Anual	R\$ 96.000,00
	Situação Atual de Pagamento	LIBERADO
	Motivo	

Acolhimento Crianças/Adolescente e Idosos	Capacidade de Atendimento	40
	Repasse Mensal	R\$ 3.400,00
	Previsão de Repasse Anual	R\$ 40.800,00
	Situação Atual de Pagamento	Em Pagamento

\* Referente ao mês de Maio /2013

**Recursos financeiros previstos para o Financiamento das ações da Assistência Social**

Recursos financeiros a serem aplicados no ano de 2013				
	Municipal	Estadual	Federal	Privados
Serviços de Proteção Social Básica	196.180,00	231.321,60	962.436,00	
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	283.000		447.521,64	
Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade	17.000,00		40.800,00	
Programas				
Projetos				
Benefícios Eventuais		84.000,00		
<b>Total Geral</b>	<b>496.180,00</b>	<b>315.321,00</b>	<b>1.450.757,64</b>	<b>00,00</b>

## ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) o monitoramento e avaliação encontram-se vinculado ao nível estratégico, garantindo a visibilidade, impactos e resultados da política.

Nesta vertente a avaliação e o monitoramento far-se-á através do acompanhamento dos serviços, programas e projetos desenvolvidos pelo município, tomando como base aspectos, tais como: sua qualidade, alcance dos seus objetivos, dentre outros. Ressalta-se que esta ação será desenvolvida de forma contínua e sistematicamente.

Outro dado que merece destaque é que o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS será avaliado anualmente através dos Relatórios de Gestão. Além da Conferência Municipal de Assistência Social, que ocorreu em Januária/MG no presente ano sendo a próxima conferência municipal no ano de 2015.

Dessa forma, a avaliação e o monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS contribuirá para acompanhar a evolução e efetividade da Política de Assistência Social no município de Januária/MG, no que diz respeito ao fortalecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

O monitoramento e a avaliação é um instrumento fundamental estratégico e para a execução do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS, identificando seus ganhos e dificuldades, além de prover os agentes sociais de informações que levem ao seu contínuo ajuste e aperfeiçoamento, bem como possibilitar o exercício do controle social pela sociedade.

A ação do monitoramento e avaliação é efetivada em um processo contínuo e dinâmico de acompanhamento da execução programada e, também, em momentos definidos de verificação (mensal, semanal, anual, ao final de determinada etapa, etc.), os quais variam de acordo com a natureza da ação e com o objetivo daquele acompanhamento.

Neste sentido o referido processo de avaliação e monitoramento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de Januária/MG, será com base no Plano Municipal de Assistência Social - PMAS como um todo, através de indicadores comuns a todos os

serviços, e indicadores específicos para cada serviço e ações, adequados aos objetivos que se quer atingir em cada um, como ganho de habilidades específicas, ampliação de renda e outros.

Cumprir verificar se os produtos e resultados previstos foram alcançados, se as demandas priorizadas e suas metas foram devidamente atendidas. Faz-se necessário apreender os fluxos e nexos estabelecidos entre a seleção de estratégias, sua implementação, execução, resultados produzidos e custos financeiros.

Além de mensurar quantitativamente os ganhos e alcance social das ações, devem-se acompanhar decisões, procedimentos dos agentes sociais, integração intersetorial e da rede socioassistencial, protagonismo dos parceiros, participação dos beneficiários, adesão ao serviço/programa, avaliando mudanças de comportamento pessoal, grupal, e cultural, no âmbito institucional e do território trabalhado.

Diante deste contexto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Januária/MG pretende por meio do Plano/2014 a 2017 definir claramente o objeto da avaliação e seus focos de concentração, ou seja, sob que ângulos, espaços e temporalidade serão avaliados.

Com isso, serão objetos de avaliação e monitoramento além dos programas, serviços, projetos e benefícios às deliberações/propostas que foram aprovadas na VI Conferência Municipal de Assistência Social de Januária/MG, com fins, de garantir e efetivar as referidas propostas na prática de forma eficaz e concreta, bem como propostas/deliberações por meio das audiências públicas.

Neste sentido utilizar-se-á como principal instrumento de avaliação e monitoramento o método participativo, sendo este: reuniões periódicas, capacitações, orientações e atividades em grupo tendo em vista fortalecer as ações previstas para os próximos anos de gestão, bem como garantir a aplicabilidade das propostas da VI conferência na sua amplitude e das audiências públicas.

**Para tanto serão realizados:**

- **Reuniões técnicas, com a presença de técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de 6 (seis) em 6 (seis) meses, com fins, de avaliar e monitorar a efetivação do Plano;**

<ul style="list-style-type: none"><li>• Reuniões com o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, tendo em vista a apreciação, avaliação e monitoramento das ações realizadas;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Audiências públicas, anual, com fins, de mostrar a população as atividades e ações realizadas até o presente momento, tendo em vista a consolidação dos programas, projetos, serviços e benefícios no âmbito urbano e rural do município de Januária/MG.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Relatórios mensais das ações desenvolvidas encaminhando-os para o CMAS;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Prestação de contas mensal junto ao CMAS dos recursos municipal, estadual e federal;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação quantitativa e qualitativa das ações desenvolvidas pelos serviços, por meio de representações gráficas e relatórios.</li></ul>

Em todo o processo a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Januária/MG a proposta é a construção de indicadores sendo esta uma atividade recorrente. Nesse sentido, o a secretaria organizará e disponibilizarão dados e indicadores para elaboração de diagnóstico atualizado, bem como para monitoramento dos programas, serviços, projetos e benefícios socioassistencial da referida instituição.

No que se refere à avaliação e estudos avaliativos serão realizadas ações que objetive o aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios, no qual, por meio de instrumentais a secretaria obterá informações para elaboração de diagnóstico aprofundado acerca do público alvo, insumo para desenho e redesenho dos serviços, programas, projetos e benefícios, com fins, de conhecimento acerca da implementação de ações e serviços em seus diferentes contextos e evidencias empírica especificas dos resultados e impactos de seus resultados, atuações, funcionamento e eficácia.

É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, objetiva implementar um sistema de informação digital que facilite todo o processo de monitoramento e avaliação frente aos serviços, programas, projetos e serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

**AÇÃO/MONITORAMENTO COLETIVO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL POR TERRITÓRIO/ANO 2013 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Realizar reuniões, por territórios, visando maior apropriação pela rede socioassistencial dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados e seus impactos;
- Possibilitar a qualificação de procedimentos e a integração de ações desenvolvidas em cada região/território;
- Instituir relatórios de diagnóstico que possibilitem identificar a compatibilidade entre a oferta de serviços públicos e privados e a demanda existente em cada região/território.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Apropriação territorial ampliada;
- Ações integradas e qualificadas;
- Relatórios de diagnóstico realizados.

**INDICADORES:**

- Nº de reuniões realizadas;
- % de participantes da rede pública;
- % de participantes da rede privada;
- Nº de relatórios de diagnóstico elaborados;
- Nº de relatórios de diagnóstico socializados.

**AÇÃO/MONITORAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE FORMA INDIVIDUALIZADA/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Visitar *in loco* cada unidade executora para avaliar e monitorar o cumprimento do Plano de Trabalho no que se refere aos aspectos: técnicos, físicos, financeiros, institucionais e conceituais da política de assistência social;
- Orientar, individualmente, dirigentes, coordenadores e técnicos, visando corrigir situações de desvios do Plano de Trabalho, estabelecendo pactuações necessárias ao reordenamento das ações.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Monitoramento in loco realizado;
- Pactuações realizadas.

**INDICADORES:**

- Nº de monitoramentos in loco;
- Nº de reuniões com dirigentes, coordenadores e técnicos;
- Nº de pactuações realizadas.

**AÇÃO/PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES DA REDE SOCIOASSISTENCIA/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Monitorar a atualização dos dados no Cadastro Social;
- Criar página na WEB referente as ações da gestão;
- Readequar os instrumentos de coleta mensais e trimestrais de informações com validação da rede;
- Aperfeiçoar o sistema de informações on line;
- Realizar e monitorar a coleta das informações mensais e trimestrais via web;
- Redefinir os indicadores sociais para o monitoramento da rede;
- Subsidiar o CMAS e demais Conselhos Municipais, por meio dos relatórios analíticos, visando contribuir para o exercício das funções de Controle Social e de formulação da Política de Assistência Social;
- Organizar a coleta de informações da rede socioassistencial para alimentar o CADSUAS, sempre que requisitado.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Cadastros em permanente atualização;
- Instrumentos readequados;
- Coleta realizada e monitorada;
- Indicadores aperfeiçoados;
- Relatórios com análise das informações elaborados e socializados;
- Coleta organizada;
- Informações enviadas ao CADSUAS.

**INDICADORES:**

- % de cadastros atualizados pela rede socioassistencial;
- Nº de instrumentos readequados;
- % de coletas realizadas e monitoradas;
- Nº de relatórios com análises elaboradas e difundidas;
- Nº de informações enviadas ao CADSUAS.

**AÇÃO/ELABORAÇÃO DA MINUTA DOS PLANOS DE AÇÃO PARA VIABILIZAR A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS VIA FNAS E FEAS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Elaborar a minuta dos Planos de Ação para deliberação dos Conselhos Municipais.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Minuta dos Planos de Ação elaborados.

**INDICADORES:**

- Nº de Planos de Ação elaborados.

**AÇÃO/PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE COFINANCIAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DO SUAS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Elaborar a proposta de Minuta da Resolução para o cofinanciamento da rede socioassistencial, de acordo com o SUAS/PMAS/Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e análises diagnósticas, para aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS) e demais Conselhos Municipais;
- Orientar a rede socioassistencial sobre as diretrizes e normas contidas na Resolução e Decreto Municipal, para a elaboração do Plano de Trabalho necessário para a habilitação ao cofinanciamento;
- Organizar a composição de Comissão Técnica, responsável pela análise dos Planos de Trabalho das unidades executoras;
- Elaborar o Termo de Pactuação quando houver reordenamentos nos Planos de Trabalho;
- Elaborar a minuta da Planilha de Cofinanciamento de Recursos Financeiros à rede socioassistencial, para posterior deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- Realizar, em conjunto com a Coordenadoria Setorial de Convênios e de Prestação de Contas, reunião explicativa com a rede privada de serviços socioassistenciais sobre o conteúdo do Manual de Prestação de Contas;
- Realizar plantão para conferências de documentações e Planos de Trabalho antes da entrega no Protocolo Geral;
- Habilitar e aprovar tecnicamente os Planos de Aplicação dos recursos financeiros executados pela rede cofinanciada;
- Elaborar os Relatórios de Cumprimento do Objeto para o Tribunal de Contas do Estado, a partir da análise das ações executadas pela rede socioassistencial cofinanciada.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Minuta da Resolução elaborada e aprovada;
- Rede socioassistencial orientada;

- Planos de Trabalhos elaborados;
- Comissão Técnica de análise constituída;
- Termo de Pactuação elaborado;
- Análise dos Planos de Trabalho concluídos;
- Plano de cofinanciamento aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- Documentação conferida e aprovada;
- Planos de Aplicação habilitados e aprovados;
- Relatório de Cumprimento do Objeto para o Tribunal de Contas do Estado elaborado.

**INDICADORES:**

- Nº de serviços socioassistenciais participantes das reuniões de orientação;
- Nº de Planos de Trabalhos elaborados;
- Nº de Planos de Trabalho analisados;
- Nº de Planos de cofinanciamento aprovados;
- Nº de Planos de cofinanciamento não aprovados;
- Nº de entidades atendidas no plantão;
- Nº de Planos de Aplicação habilitados e aprovados tecnicamente;
- Nº de Relatórios de Cumprimento do Objeto para o Tribunal de Contas do Estado - TCE/SP elaborados.

**AÇÃO/ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS/ANO 2014 a 2017**

**ESTRATÉGIAS:**

- Realizar visitas técnicas para subsidiar o processos de solicitações de inscrição junto ao CMAS, registro de Programas do CMDCA e avaliação de programas e projetos executados por instituições vinculadas e/ou não vinculadas ao SUAS;
- Realizar visitas técnicas para análise e avaliação de Serviços, Programas e Projetos, com denúncias de irregularidades solicitadas por órgãos e organizações públicas e privadas do Município;
- Elaboração e encaminhamento de relatórios com pareceres técnicos.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

- Visitas técnicas realizadas;
- Pareceres técnicos emitidos para os Conselhos Municipais e demais órgãos e organizações públicas e privadas.

**INDICADORES :**

- N° de visitas realizadas;
- N° de pareceres técnicos emitidos versus N° de solicitações dos Conselhos Municipais;
- N° de pareceres técnicos emitidos versus N° de solicitações dos demais órgãos e organizações públicas e privadas.

## ANEXOS

Encontra-se em anexo as deliberações da VIII Conferência Municipal de Assistência Social que teve como tema central “**A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS**”, bem como as propostas fomentadas por meio das audiências públicas nos distritos do respectivo município, bem como no âmbito urbano.

Nesta vertente as audiências públicas no Município de Januária/MG estão respaldadas pela **Portaria Nº. 001 de 02 de Janeiro de 2013 que dispõe sobre o Roteiro das Reuniões Técnicas Preparatórias - RTPs destinadas à elaboração da LDO/2013 e Fixar Calendário Anual das Audiências Públicas para elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2014/2017 e dá outras providências.**

É mais um instrumento de democratização das decisões públicas garantido na Constituição Federal de 1988, regulado por leis federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. As audiências podem ser realizadas por solicitação da própria população ou dos conselhos e auxiliam na ampliação das discussões sobre a política.

As audiências públicas têm base legal no artigo 27, inciso IV da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal n. 8.625, de 12/02/1993) e são um instrumento de grande eficiência em termos de sensibilização e mobilização dos diversos setores de uma comunidade em torno de determinadas questões, ao mesmo tempo em que permitem que a própria comunidade expresse seus anseios e opiniões, proporcionando subsídios aos órgãos incumbidos de propor soluções.

Neste sentido o objetivo principal é analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, tendo em vista as particularidades do âmbito urbano e rural do Município de Januária/MG, no que diz respeito o SUAS.

Neste sentido os eixos de discussão e conseqüentemente a linha do Plano Municipal de Assistência Social 2014 à 2017 de Januária/MG são os detalhados logo abaixo, no que se refere as deliberações da VI Conferência Municipal de Assistência Social de Januária/MG:

## **EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **Objetivos específicos:**

- Avaliar o atual quadro da gestão orçamentária e financeira;
- Fortalecer o orçamento próprio para o cofinanciamento da política de assistência social;
- Promover o conhecimento sobre o ciclo orçamentário e suas peças, bem como prazos e interlocutores;
- Afirmar junto aos gestores o compromisso do cofinanciamento da política de assistência social por meio de mecanismos institucionais e outros, tomando como premissa o exercício do controle social.

### **Ementa:**

A Lógica de financiamento do SUAS: cofinanciamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos de assistência social, observando-se a obrigatoriedade da destinação e alocação de recursos próprios pelos respectivos entes. O processo orçamentário e a articulação com os instrumentos de gestão do SUAS (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Planos de Assistência Social e Relatórios de Gestão e Fundos). O SUAS e o novo decreto do FNAS. Instituição, regulamentação e gestão dos fundos de assistência social, aplicação de recursos e a prestação de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a obrigatoriedade do repasse de recursos para pagamento de pessoal. O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD Suas) e o Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGD PBF) como instrumento para o aprimoramento da gestão. O exercício do controle social no acompanhamento e fiscalização do cumprimento das competências e responsabilidades de cada ente federado no SUAS. A participação social no curso do planejamento orçamentário.

## **EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

**Objetivos específicos:**

- Avaliar e compreender a concepção da vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação, para o aprimoramento da gestão do SUAS, tomando como premissa o exercício do controle social;
- Discutir e analisar a operacionalização da vigilância socioassistencial, enfocando a utilização de todos os sistemas de informação, da organização do diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades.

**Ementa:**

A Vigilância Socioassistencial, como área de gestão do SUAS e sua estreita relação com as áreas responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais na proteção social básica e especial e benefícios. Sua função de produção, análise e sistematização periódicas de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade, danos e riscos que incidem sobre famílias e indivíduos no âmbito do território. Instituição da área de Vigilância Socioassistencial nos municípios, estado, DF e União, vinculada diretamente aos órgãos gestores, visando sua efetiva operacionalização por meio da utilização de todos os sistemas de informação que coleta e organiza informações que potencializam o diagnóstico socioterritorial e realiza o mapeamento das vulnerabilidades, com vistas a possibilitar o planejamento de ações de caráter preventivo, proativo e protetivo da política de assistência social.

### **EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO**

**Objetivos específicos:**

- Avaliar e reafirmar a concepção de gestão do trabalho para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios, tomando como premissa o exercício do controle social;
- Discutir a gestão do trabalho na perspectiva da implantação de quadros efetivos de funcionários, de planos de cargos, carreiras e salários, de concurso público;
- Qualificar o debate sobre a educação permanente na assistência social.

**Ementa:** A gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho

institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Busca o reconhecimento e a valorização do trabalhador em todas suas dimensões, contribuindo para materializar e qualificar a ampla rede de proteção social implantada no território nacional na perspectiva do direito socioassistencial. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) estabelece e consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho e educação permanente no âmbito do SUAS. O trabalho social interdisciplinar como instrumento capaz de atuar como política orientadora da gestão, formação, qualificação e regulação que resulta da intervenção de várias categorias profissionais que atuam no SUAS. A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS visa institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente. A Lei de Responsabilidade Fiscal e seus impedimentos para a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a autorização de utilização dos recursos do cofinanciamento federal para pagamento de pessoal. A política Nacional de Educação Permanente do SUAS tem como objetivo institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente.

#### **EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS**

##### **Objetivos específicos:**

- Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade dessas ofertas;
- Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, programas e projetos, tomando como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e especial;
- Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade equipe de referência, acessibilidade, equipamentos e horários de funcionamento.

##### **Ementa:**

Enfatizar a concepção de serviços socioassistenciais tipificados em âmbito nacional e a concepção de programas e projetos, que tem a função de qualificar esses serviços visando a garantia da proteção social. Responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas e projetos

socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial. Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe técnica, acessibilidade, equipamentos e horário de funcionamento, bem como a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, programa e projetos, tendo como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. A construção e planejamento da integração dos serviços e benefícios deve garantir o acesso à proteção social, na perspectiva da universalização do atendimento e do fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários. Avaliar, do ponto de vista da gestão e do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade do SUAS.

## **EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS**

### **Objetivos específicos:**

- Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda;
- Avaliar e fortalecer a gestão dos benefícios e transferência de renda na assistência social, na perspectiva da garantia dos direitos dos usuários e da consolidação do SUAS;
- Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, benefícios e transferências de renda, na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas.

**Ementa:** Os programas de transferência de renda como instrumentos de garantia dos direitos socioassistenciais: Concepção, caracterização e cobertura do Benefício de Prestação continuada - BPC, dos benefícios eventuais, e dos programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família - PBF). Responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos benefícios socioassistenciais e transferência de renda. O impacto do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC no enfrentamento das desigualdades sociais e de redução da pobreza e da extrema pobreza. Os Benefícios Socioassistenciais e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Os Benefícios Eventuais, regulamentação e processualidade: função e especificidades da política de assistência social no enfrentamento à natalidade, morte e a

calamidades públicas e situações de emergência. Papel dos Conselhos de Assistência Social na regulamentação dos benefícios eventuais; no processo de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda; e no processo de articulação e integração entre serviços e benefícios socioassistenciais, na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas. A construção e planejamento da integração dos serviços e benefícios na perspectiva da universalização do atendimento e do fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários.

## **EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO**

### **Objetivos específicos:**

- Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada dos entes federados, visando à garantia da integralidade de acesso às proteções, resguardando as diversidades regionais, culturais e étnicas;
- Promover debate sobre o desafio da intersetorialidade das políticas públicas, na perspectiva da regionalização;
- Reconhecer as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas expressões (questão fronteiriça, imigração, migração, grande obras e megaeventos) tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais.

### **Ementa:**

A regionalização na perspectiva da garantia da integralidade da proteção social (o princípio da integralidade refere-se à garantia de proteção integral às famílias e indivíduos, atendendo às suas demandas e necessidades com ofertas e atenção em todos os níveis de proteção do SUAS); do convívio familiar e comunitário. A organização e localização dos serviços regionais devem considerar a necessidade de preservar os vínculos familiares e comunitários ou possibilitar seu reestabelecimento caso tenham sido rompidos; da equidade com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, territoriais, considerando suas diversidades. Regionalização como forma de garantir a cobertura dos serviços especializados do SUAS a toda a população brasileira, inclusive nos locais em situação de maior dificuldade de acesso, municípios de menor porte, visando à diminuição das desigualdades regionais e de seus impactos para a população; Regionalização como garantia da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza garantindo-se equivalência às populações urbanas, rurais e povos e comunidades

tradicionais; garantia da cooperação federativa, que envolve a elaboração de acordos, protocolos e compromissos entre os entes federativos firmados para o cumprimento de responsabilidades, visando à garantia do acesso pela população ao direito constitucional à assistência social; da gestão compartilhada na condução político-administrativa da rede de serviços regional e local na forma de parceria entre a gestão estadual e o conjunto dos municípios integrantes da regionalização. Territorialização, a dimensão territorial no SUAS reconhece que a presença de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais, demográficos expõem as famílias e indivíduos a agravos, danos e vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais de diferentes naturezas e magnitudes, e portanto essa diretriz deve orientar a localização dos serviços, a partir da lógica de proximidade do cidadão, nos territórios com incidência de vulnerabilidades e riscos sociais.

Diante este contexto foram deliberados no mínimo 3 e no máximo 5 propostas por cada eixo supracitadas, com fins, de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Januária/MG. **As referidas propostas/deliberações que serão o norte do Plano de Assistência Social 2014 a 2017 encontram-se separada por eixos logo a baixo, sendo estas:**

<b>EIXO I - Cofinanciamento obrigatório da Assistência Social</b>	
01	Assegurar maior quantidade de recurso federal para capacitação para os trabalhadores do SUAS.

<b>EIXO II - Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, processos de Planejamento, monitoramento e avaliação</b>	
01	Garantir de forma eficaz, por parte da gestão a avaliação, controle e fiscalização de todos os programas, projetos e serviços em andamento no município.
02	Garantir mecanismos de educação social, como cartilhas, palestras e diversos outros recursos didáticos e pedagógicos visando o envolvimento da população tanto com as ofertas quanto ao acompanhamento dos programas e projetos socioassistenciais, facilitando assim o monitoramento e a avaliação.
03	Garantir a publicidade em site da assistência social do município com links de todos os programas, projetos e serviços oferecidos, informando suas ações, recursos, obstáculos temporários e demais orientações pertinentes.

04	Implantar ouvidoria pública competente referente à política de assistência social.
----	--

### **EIXO III – Gestão do Trabalho**

01	Criação de lei Municipal de plano de carreira, cargos e salários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
02	Realização de Concurso Público referente a todos os serviços do SUAS com acompanhamento do Ministério Público e realizado por instituições reconhecidas.
03	Implementação de Política de Qualificação com capacitação permanente de todos os trabalhadores do SUAS. Valorização e bonificação do servidor e/ou trabalhador que se capacita periodicamente.
04	Avaliação de desempenho: avaliação interna e externa de todos os trabalhadores do SUAS.
05	Capacitar as equipes técnicas do SUAS para atuarem de forma interdisciplinar

### **EIXO IV – Gestão dos serviços, programas e projetos Responsabilidades**

01	Garantir articulações entre as secretarias municipais no sentido de elaborar políticas públicas, articuladas de acordo com a especificidade destas políticas para que não haja interrupção das mesmas a fim de fortalecer os serviços intersetorial
02	Que o município tenha a obrigatoriedade de aplicar no mínimo 5% dos recursos próprios na assistência social.
03	Garantir e fomentar a qualidade dos serviços previstos na gestão plena em consonância com a NOB/SUAS 2012.
04	Implementar um sistema de auditoria semestral nos programas do SUAS dando assim maior transparência as políticas públicas.
05	Garantir capacitação periódica para a equipe de trabalho de todos os programas do SUAS

### **EIXO V – Gestão dos Benefícios do SUAS Responsabilidade**

01	Melhor gerenciamento das informações do CAD Único para o planejamento e avaliação dos benefícios sócio-assistenciais, utilizando a base de dados como diagnóstico e
----	---

	conhecimento das particularidades de cada território.
02	Decentralizar a informação para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS referente ao CAD-Único
03	Busca Ativa para o CAD-Único
04	Promoção de Fóruns com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

#### **EIXO VI – Regionalização**

01	Incentivar a implantação dos Serviços socioassistenciais nos municípios de pequeno porte visando à diminuição das desigualdades regionais e de seus impactos para a população.
02	Orientar os municípios que não possuem a unidade do CREAS, a desenvolver os serviços especializados do SUAS em outras unidades assistenciais.
03	Construção de unidade de acolhimento institucional em todos os municípios, independente do porte, justificando as demandas.
04	Implantação de CRAS e CREAS em todos os municípios, para garantir a referência e a proximidade dos usuários nos territórios, para extinção de convênios e parcerias.
05	Propor aos gestores a realização de diagnóstico social através de busca ativa nos municípios de pequeno porte, no sentido de conhecer a realidade territorial.

Diante deste contexto as ações/atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Januária utilizará as propostas deliberadas na VIII Conferência Municipal de Assistência Social do respectivo município como metas e direcionamentos durante a atual administração, no que tange o fortalecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios e conseqüentemente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e suas nuances no respectivo município.

No que se refere às deliberações/propostas efetivadas por meio das Audiências Públicas realizadas nos Distritos de Riacho da Cruz, Levinópolis, Brejo do Amparo, Tejuco, Pandeiros, São Joaquim e Várzea Bonita, bem como, na sede de Januária, tendo em vista que as necessidades/demandas parta dos integrantes de cada fazenda, povoado, comunidade e distritos, com fins, que de fato atenda as situações e anseios emergentes de tais localidades, no que diz

respeito ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS e suas nuances. As referidas propostas/deliberações que nortearão o Plano Municipal de Assistência Social de 2014 a 2017 encontra-se separados por distritos abaixo citados:

### PROPOSTAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ACORDO CADA DISTRITO

<b>DISTRITO DO RIACHO DA CRUZ</b>
01 - acompanhamento da equipe técnica: atender famílias das escolas estaduais e municipais vinculadas à comunidade de levinópolis e agreste para orientação, no mínimo, três vezes por semana.
02 - continuidade das equipes volantes;
03 - grupo de convivência e de orientação para crianças e adolescentes: atividades socioeducativas;
04 - grupos de convivência para a terceira idade;
05 - implementação de novas formas de desenvolvimento das atividades das oficinas de arte e cultura, bem como divulgação e mercantilização dos materiais produzidos nas oficinas;
06 - implantação de tele centros: locais de acesso à informática pela comunidade;
07 - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 0 à 06 anos, 07 a 14 anos e 15 a 17 anos, realizado nas escolas;
08 - atendimento das equipes volantes aos jovens vulneráveis com atividades voltadas para a comunidade quilombola como dança, capoeira e carimbó, com o objeto de promover o resgate da cultural;
09 - capacitações continuada dos profissionais da rede junto às demais políticas setoriais (educação, saúde e assistência social);
10 - fortalecimento de ações voltadas para a segurança alimentar e nutricional, objetivando a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes pertencentes ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

<b>DISTRITO DE LEVINÓPOLIS</b>
01 - Incentivar a criação e implementação de grupos de convivência e orientação para adolescentes e jovens referentes às expressões da questão social na comunidade;
02 - Implementação da equipe volante para efetivo acompanhamento das famílias e unidades de atendimento;
03 - Incentivar a criação e implementação de grupo de convivência e valorização da pessoa idosa;

04 - Incentivar a criação de grupos de artesanato: uso da matéria prima produzida na comunidade;
05 - Centro da juventude: capacitação, profissionalização e inserção dos jovens no mercado de trabalho;
06 - Fortalecimento das ações das associações no que diz respeito ao empreendedorismo e orientação aos associados;
07 - Fomentação de cooperativas visando à promoção de estratégias de geração de renda: suporte técnico;
08 - Fomentar ações de planejamento familiar;
09 - Incentivar e apoiar a criação de grupos de caminhada orientada;
10 - Estimular e auxiliar na criação e manutenção de grupos temáticos e de orientação às famílias pertencentes ao distrito levinópolis e comunidades adjacentes;

#### **DISTRITO DE PANDEIROS**

01	Fomentar a capacitação de empreendedorismo para pequenos produtores no que diz respeito aos frutos do cerrado;
02	Incentivo ao primeiro emprego aos jovens das comunidades do Distrito de Pandeiros com fins de geração de emprego e renda;
03	Atividades sócio educativas voltadas para os adolescentes do Distrito de Pandeiros e suas comunidades;
04	Fomentar grupos de artesanato para jovens e mulheres da comunidade com fins de geração de emprego e renda utilizando produtos locais na lógica da sustentabilidade;
05	Fomentar grupos de convivência para idosos com fins de fortalecimento familiar;
06	Implementar equipe volante para atendimento e acompanhamento às comunidades;
07	Palestras sócio educativas com temáticas de acordo com a necessidade de cada comunidade;
08	Fomentar a instalação de telecentro com fins de inclusão digital;
09	Implementar atividades de planejamento familiar no que diz respeito direitos e deveres

	das gestantes e mães;
10	Promover parcerias e orientações quanto a implementação de cursos profissionalizante para públicos diversos, garantindo assim o direito ao desenvolvimento sócio profissional.

### DISTRITO DE SÃO JOAQUIM

01	Criação de Grupo de convivência para os Idosos;
02	Implantação da equipe volante;
03	Criação de Grupos socioeducativos para os adolescentes do distrito de São Joaquim;
04	Capacitação e orientação do programa Minha casa minha vida rural de forma eficaz no distrito de são Joaquim;
05	Efetivação do BPC na escola e acompanhamento das pessoas com deficiência das comunidades do distrito de são Joaquim;
06	Fomentação de grupo de Artesanato e pintura para as mulheres do distrito de são Joaquim, com fins, de geração de emprego e renda;
07	Primeiro emprego para os adolescentes do distrito de são Joaquim, capacitação para geração de emprego e renda;
08	Criação de grupos de convivência para as famílias no que se referem direitos e deveres;
09	Planejamento Familiar;
10	Capacitação para as associações inclusive com suporte técnico.

### DISTRITO DE TEJUCO

01 - Retorno dos trabalhos das equipes volantes; 02 - palestras educativas sobre as consequências das drogas;
03 - Criação de grupos referentes a artesanato e material reciclável;
04 - Cursos profissionalizantes para qualificação de jovens e adultos com o objetivo de inserção no mercado de trabalho - primeiro emprego;
05 - Criação de grupo de artesanato para mulheres;

06 - Capacitação para os pequenos produtores sobre empreendimentos e agricultura familiar;
07 - Orientação e esclarecimentos, contínuos e sistemático, sobre o andamento dos processos do programa minha casa, minha vida rural;
08 - Palestras educativas sobre violências no âmbito escolar;
09 - Criação de grupo de convivência para idosos;
10 - Referencialmente e acompanhamento, efetivo, das crianças por profissionais de diversas áreas e por todos os órgãos do sistema de garantia de direitos, como, por exemplo, o conselho tutelar.

#### **DISTRITO DO BREJO DO AMPARO**

1 - Oficinas de fomentação para os jovens para inseri-los no mercado de trabalho: desenvolver a renda da comunidade;
2 - Grupo de Convivência para os idosos com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários a fim de que envelheçam com melhor qualidade de vida;
9 - Oficinas de formação para jovens: Combate às drogas para crianças e adolescentes;
4 - Colocar a fabriqueta de doces e poupa de frutas com a finalidade geração de emprego e renda;
7 - Grupo de artesanato para mulheres com ênfase no trabalho com a folha da bananeira;
6 - Fomentar atividades socioeducativas para o público infantil;
5 - Implantação da Equipe Volante - CRAS com enfoque especial aos usuários de álcool e outras drogas;
8 - Fortalecer a segurança alimentar e nutricional por meio de hortas comunitárias;
3 - Reativação do Tele centro Comunitário (contratação de monitor);
10 - Implantação de grupos de convivência por meio da arte, dança e música.

#### **DISTRITO VÁRZEA BONITA**

7	Retorno do grupo de convivência para idosos;
3	Implantação de Telecentro Comunitário para a promoção da inclusão digital;
4	Fomentação de cooperativas: fortalecimento via orientações e qualificação do grupo de

	horticultura, fruticultura, abatimento de aves etc;
5	Assistência de profissional da psicologia para as famílias e alunos;
10	Cursos profissionalizantes sem distinção de faixa etária: manicure, pedicura, cabelereiro;
2	Visita dos técnicos do CRAS aos beneficiários do Programa Bolsa Família;
8	Articulação com o Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF para desenvolver trabalho de acompanhamento, sensibilização e prevenção da desnutrição e contaminações junto às famílias;
6	Planejamento Familiar através de fomentação de grupos sociais e socioeducativos para adolescentes, em especial drogas com enfoque no álcool;
1	Retorno da Equipe Volante;
9	Acesso ao primeiro emprego para os jovens objetivando a inserção no mercado de trabalho;

**Januária/MG, exercício de 2014**

**Manoel Jorge de Castro**  
Prefeito Municipal

**Elisa Dias Marques de Deus**  
Gestora Municipal da Política de Assistência Social

**Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social**

Nome do presidente: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data da reunião de deliberação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.